

Copel Geração e Transmissão S.A

CNPJ Nº 04.370.282/0001-70

Companhia de Capital Aberto - Categoria "B" - CVM 2474-0

www.copel.com geracao@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba – PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INTERMEDIÁRIAS

Março/2021

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.....	3
Balanços Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstrações do Valor Adicionado	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS.....	12
1 Contexto Operacional	12
2 Concessões e Autorizações	19
3 Base de Preparação	21
4 Principais Políticas Contábeis	22
5 Caixa e Equivalentes de Caixa	22
6 Títulos e Valores Mobiliários	23
7 Clientes	23
8 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	25
9 Ativos de contrato	26
10 Outros Créditos	27
11 Tributos	28
12 Despesas Antecipadas	30
13 Partes Relacionadas	31
14 Depósitos Judiciais	32
15 Investimentos	33
16 Imobilizado	36
17 Intangível	40
18 Obrigações Sociais e Trabalhistas	41
19 Fornecedores	41
20 Empréstimos e Financiamentos	42
21 Debêntures	45
22 Benefícios Pós-emprego	47
23 Encargos Setoriais a Recolher	48
24 Pesquisa e Desenvolvimento	48
25 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	50
26 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	50
27 Outras Contas a Pagar	52
28 Provisões para Litígios e Passivo Contingente	53
29 Patrimônio Líquido	56
30 Receita Operacional Líquida	56
31 Custos e Despesas Operacionais	59
32 Resultado Financeiro	62
33 Segmentos Operacionais	62
34 Instrumentos Financeiros	65
35 Transações com Partes Relacionadas	76
36 Compromissos	78
37 Seguros	78
38 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	79
39 Eventos subsequentes	79
COMENTÁRIO DO DESEMPENHO	81
1 Mercado de Energia	81
2 Administração	82
3 Tarifas	82
4 Resultado Econômico-Financeiro	83
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS	87
PARECER DO CONSELHO FISCAL	89
DECLARAÇÃO	90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Balanços Patrimoniais

em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	622.471	763.501	1.565.793	1.509.740
Clientes	7	375.032	364.742	833.425	853.442
Dividendos a receber		129.508	127.138	67.676	65.538
Contas a receber vinculadas à concessão	8	5.186	4.515	5.186	4.515
Ativos de contrato	9	257.468	274.863	268.759	285.682
Outros créditos	10	169.138	160.528	176.071	170.092
Estoques		23.856	23.106	24.057	23.307
Imposto de renda e contribuição social		38.973	13.002	46.949	21.061
Outros tributos a recuperar	11.2	109.381	25.275	122.035	25.879
Despesas antecipadas	12	7.302	9.399	8.804	12.994
Partes relacionadas	13	8.666	12.279	5.463	7.359
		1.746.981	1.778.348	3.124.218	2.979.609
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	101.202	110.615	293.775	289.480
Depósitos judiciais	14	72.366	72.711	77.955	78.195
Contas a receber vinculadas à concessão	8	764.576	747.891	764.576	747.891
Ativos de contrato	9	3.759.598	3.659.534	4.176.396	4.064.900
Outros créditos	10	68.495	64.655	69.034	64.994
Imposto de renda e contribuição social		469	469	469	469
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	-	-	36.580	34.267
Outros tributos a recuperar	11.2	70.886	58.666	71.831	59.687
		4.837.592	4.714.541	5.490.616	5.339.883
Investimentos	15	6.373.173	6.186.349	2.658.461	2.574.402
Imobilizado	16	5.498.500	5.559.793	9.002.643	9.095.100
Intangível	17	52.522	53.488	418.881	424.538
Direito de uso de ativos	26	61.438	27.835	62.580	29.049
		16.823.225	16.542.006	17.633.181	17.462.972
TOTAL DO ATIVO		18.570.206	18.320.354	20.757.399	20.442.581

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Balanços Patrimoniais

em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (continuação)

em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
CIRCULANTE					
Obrigações sociais e trabalhistas	18	176.131	164.298	176.705	164.977
Partes relacionadas	13	5.100	6.762	33.128	41.961
Fornecedores	19	305.177	282.700	624.044	555.876
Imposto de renda e contribuição social		79.080	71.776	123.766	97.653
Outras obrigações fiscais	11.2	23.141	47.342	37.346	58.617
Empréstimos e financiamentos	20	128.620	127.489	191.691	190.672
Debêntures	21	739.363	751.926	782.660	789.445
Dividendos a pagar		489.108	769.108	501.393	781.394
Benefícios pós-emprego	22	17.592	17.634	17.592	17.634
Encargos setoriais a recolher	23	11.665	13.877	17.214	18.147
Pesquisa e desenvolvimento	24	64.650	60.712	71.416	65.978
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	6.796	6.673	6.796	6.673
Passivo de arrendamentos	26	10.348	9.571	10.523	9.798
Outras contas a pagar	27	21.185	16.890	69.339	59.372
		2.077.956	2.346.758	2.663.613	2.858.197
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	19	142.218	145.145	142.218	145.146
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.1	383.287	360.079	398.859	376.185
Outras obrigações fiscais	11.2	47.836	47.125	52.474	51.727
Empréstimos e financiamentos	20	1.309.149	1.333.066	2.136.152	2.175.082
Debêntures	21	2.257.264	2.243.612	2.795.317	2.775.437
Benefícios pós-emprego	22	417.706	413.881	418.366	414.524
Pesquisa e desenvolvimento	24	63.006	63.675	65.862	65.942
Contas a pagar vinculadas à concessão	25	47.570	46.755	47.570	46.755
Passivo de arrendamentos	26	52.435	19.521	53.503	20.604
Outras contas a pagar	27	36.921	37.697	109.940	123.418
Provisões para litígios	28	532.750	530.305	569.119	563.689
		5.290.142	5.240.861	6.789.380	6.758.509
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Atribuível ao acionista da empresa controladora					
Capital social	29.1	5.765.226	5.765.226	5.765.226	5.765.226
Ajustes de avaliação patrimonial	29.2	557.147	569.958	557.147	569.958
Reserva legal		657.881	657.881	657.881	657.881
Reserva de retenção de lucros		3.137.130	3.137.130	3.137.130	3.137.130
Dividendo adicional proposto		602.540	602.540	602.540	602.540
Lucros acumulados		482.184	-	482.184	-
		11.202.108	10.732.735	11.202.108	10.732.735
Atribuível aos acionistas não controladores					
	15.2.2	-	-	102.298	93.140
		11.202.108	10.732.735	11.304.406	10.825.875
TOTAL DO PASSIVO		18.570.206	18.320.354	20.757.399	20.442.581

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações de Resultados
 dos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	30	880.772	837.879	1.565.797	1.141.075
Custos Operacionais	31	(328.639)	(317.507)	(812.651)	(595.991)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		552.133	520.372	753.146	545.084
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	31	(2.047)	(2.589)	(1.872)	(2.602)
Despesas gerais e administrativas	31	(57.582)	(46.724)	(66.633)	(51.975)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31	(9.893)	(24.605)	(13.348)	(26.077)
Resultado da equivalência patrimonial	15	187.681	30.657	86.197	24.478
		118.159	(43.261)	4.344	(56.176)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		670.292	477.111	757.490	488.908
Resultado Financeiro	32				
Receitas financeiras		15.633	39.641	24.202	45.527
Despesas financeiras		(76.360)	(83.992)	(115.156)	(117.713)
		(60.727)	(44.351)	(90.954)	(72.186)
LUCRO OPERACIONAL		609.565	432.760	666.536	416.722
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.3				
Imposto de renda e contribuição social		(116.984)	(120.677)	(167.644)	(127.944)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(23.208)	(13.799)	(20.361)	(11.475)
		(140.192)	(134.476)	(188.005)	(139.419)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		469.373	298.284	478.531	277.303
Atribuído ao acionista da empresa controladora		-	-	469.373	298.284
Atribuído aos acionistas não controladores	15.2.2	-	-	9.158	(20.981)
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais	29.3				
Ações ordinárias		0,08141	0,05174		

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		469.373	298.284	478.531	277.303
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		469.373	298.284	478.531	277.303
Atribuível ao acionista, da empresa Controladora		-	-	469.373	298.284
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	9.158	(20.981)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

dos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	NE nº	Atribuível ao acionista da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não contro-ladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros			Lucros acumulados			
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto				
Saldo em 1º de janeiro de 2021		5.765.226	680.364	(110.406)	657.881	3.137.130	602.540	-	10.732.735	93.140	10.825.875
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	469.373	469.373	9.158	478.531
Resultado abrangente total do período		-	-	-	-	-	-	469.373	469.373	9.158	478.531
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos	29.2	-	(12.811)	-	-	-	-	12.811	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2021		5.765.226	667.553	(110.406)	657.881	3.137.130	602.540	482.184	11.202.108	102.298	11.304.406

	NE nº	Atribuível aos acionistas da empresa controladora							Total Controladora	Atribuível aos acionistas não contro-ladores	Total Consolidado
		Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros			Lucros acumulados			
			Custo atribuído do imobilizado	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto				
Saldo em 1º de janeiro de 2020		5.765.226	739.994	(35.317)	575.402	2.529.017	175.383	-	9.749.705	123.454	9.873.159
Lucro líquido (prejuízo) do período		-	-	-	-	-	-	298.284	298.284	(20.981)	277.303
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	298.284	298.284	(20.981)	277.303
Realização do custo atribuído do imobilizado, líquida de tributos		-	(16.040)	-	-	-	-	16.040	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2020		5.765.226	723.954	(35.317)	575.402	2.529.017	175.383	314.324	10.047.989	102.473	10.150.462

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		469.373	298.284	478.531	277.303
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais:					
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		66.215	78.187	102.934	111.618
Juros efetivos - bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas	8.1	(30.795)	(20.200)	(30.795)	(20.200)
Remuneração de contratos de concessão de transmissão	9.1	(182.738)	(104.843)	(198.289)	(109.468)
Imposto de renda e contribuição social	11.3	116.984	120.677	167.644	127.944
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3	23.208	13.799	20.361	11.475
Resultado da equivalência patrimonial	15.1	(187.681)	(30.657)	(86.197)	(24.478)
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	22.4	8.308	5.930	8.325	5.942
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	22.4	9.565	9.370	9.719	9.299
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	24.2	7.430	7.736	13.154	9.894
Depreciação e amortização	31	78.828	90.708	137.548	142.561
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	31.4	5.841	1.697	8.403	60.399
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios		-	-	(180)	(180)
Valor justo nas operações com derivativos	32	(3.899)	(24.607)	(3.899)	(24.607)
Resultado das baixas de imobilizado	16.2	2.398	356	2.609	3.696
		383.037	446.437	629.868	581.198
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		144.687	185.618	182.351	108.322
Depósitos judiciais		725	4.067	641	3.870
Outros créditos		(10.823)	(12.375)	(8.392)	(11.503)
Estoques		(750)	190	(750)	190
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(25.971)	(19.944)	(25.888)	(20.208)
Outros tributos a recuperar		(97.334)	5.163	(109.307)	6.692
Despesas antecipadas		2.097	4.395	4.190	6.258
Partes relacionadas		3.613	3.020	1.896	2.765
		16.244	170.134	44.741	96.386
Aumento (redução) dos passivos					
Obrigações sociais e trabalhistas		11.833	1.965	11.728	1.849
Partes relacionadas		(1.662)	(1.010)	(2.607)	(1.281)
Fornecedores		(14.388)	(24.882)	42.035	(6.920)
Outras obrigações fiscais		(23.490)	(83.964)	(20.524)	(81.867)
Benefícios pós-emprego	22.4	(14.090)	(13.780)	(14.244)	(13.709)
Encargos setoriais a recolher		(2.212)	(2.888)	(933)	(2.480)
Pesquisa e desenvolvimento	24.2	(4.315)	(7.889)	(7.967)	(8.989)
Contas a pagar vinculadas à concessão	25.1	(1.278)	(1.013)	(1.278)	(1.013)
Outras contas a pagar		3.519	(6.746)	(4.811)	(5.949)
Provisões para litígios quitadas	28.1	(7.095)	(11.044)	(7.098)	(11.045)
		(53.178)	(151.251)	(5.699)	(131.404)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		346.103	465.320	668.910	546.180
Imposto de renda e contribuição social pagos		(109.680)	(35.961)	(141.531)	(43.806)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	20.3	(19.314)	(21.813)	(33.638)	(38.837)
Encargos de debêntures pagos	21.2	(36.696)	(68.672)	(41.413)	(73.952)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	26.2.1	(480)	(473)	(508)	(513)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		179.933	338.401	451.820	389.072

(continua)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 dos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020 (continuação)
 em milhares de reais

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		9.413	(979)	(4.295)	(10.488)
Aportes em investimentos	15.1	(5.072)	(64.194)	-	(25.351)
Aquisições de imobilizado		(11.711)	(38.343)	(50.127)	(81.521)
Aquisições de intangível	17.2	(407)	(726)	(1.091)	(926)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(7.777)	(104.242)	(55.513)	(118.286)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de mútuos obtidos com partes relacionadas		-	-	-	5.000
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	20.3	(30.878)	(29.522)	(46.149)	(44.074)
Amortizações de principal de debêntures	21.2	-	-	(5.230)	(5.068)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	26.2.1	(2.308)	(2.532)	(2.375)	(2.607)
Amortizações de principal de obrigações com partes relacionadas		-	-	(6.500)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(280.000)	(62.500)	(280.000)	(62.500)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(313.186)	(94.554)	(340.254)	(109.249)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(141.030)	139.605	56.053	161.537
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	763.501	513.006	1.509.740	899.232
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	622.471	652.611	1.565.793	1.060.769
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(141.030)	139.605	56.053	161.537

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Demonstrações do Valor Adicionado
 dos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020
 em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Receitas				
Venda de energia e outros serviços	960.353	924.429	1.719.451	1.258.141
Receita de construção	98.285	62.059	111.727	62.905
Outras receitas	2.087	-	2.087	-
Perdas de crédito esperadas	(2.304)	(2.641)	(2.127)	(2.654)
	1.058.421	983.847	1.831.138	1.318.392
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	30.560	14.739	51.474	14.776
Encargos de uso da rede elétrica	78.634	98.124	125.368	122.109
Material, insumos e serviços de terceiros	27.171	29.819	411.607	186.010
Custo de construção	92.152	55.923	105.592	56.594
Perda de valores ativos	171	722	172	857
Perdas (reversão de perdas) estimadas p/ redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>	(2.189)	(18.353)	(1.394)	32.155
Outros insumos / reversões de provisões	24.441	34.327	29.917	44.310
	250.940	215.301	722.736	456.811
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	807.481	768.546	1.108.402	861.581
(-) Depreciação e amortização	78.828	90.708	137.548	142.561
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	728.653	677.838	970.854	719.020
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado da equivalência patrimonial	187.681	30.657	86.197	24.478
Receitas financeiras	15.633	39.641	24.202	45.527
Outras receitas	95	307	106	307
	203.409	70.605	110.505	70.312
	932.062	748.443	1.081.359	789.332

(continua)

Demonstrações do Valor Adicionado
 dos períodos findos em 31 de março de 2021 e de 2020 (continuação)
 em milhares de reais

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	Controladora				Consolidado			
	31.03.2021	%	31.03.2020	%	31.03.2021	%	31.03.2020	%
Pessoal								
Remunerações e honorários	49.596		50.908		53.357		52.966	
Planos previdenciário e assistencial	17.276		15.144		17.694		15.354	
Auxílio alimentação e educação	6.258		6.454		6.370		6.533	
Encargos sociais - FGTS	3.807		3.989		4.107		4.129	
Provisões por desempenho e participação nos lucros	16.804		7.922		16.804		7.922	
	93.741	10,1	84.417	11,3	98.332	9,1	86.904	11,0
Governo								
Federal								
Tributos	224.846		223.494		297.056		237.052	
Encargos setoriais	54.019		44.640		70.100		49.176	
Estadual	8.648		10.560		14.385		16.357	
Municipal	3.976		1.116		6.132		1.226	
	291.489	31,3	279.810	37,4	387.673	35,9	303.811	38,5
Terceiros								
Juros	76.391		84.521		113.057		117.996	
Arrendamentos e aluguéis	1.068		1.061		3.766		2.968	
Doações, subvenções e contribuições	-		350		-		350	
	77.459	8,3	85.932	11,5	116.823	10,8	121.314	15,4
Acionistas								
Lucros retidos	469.373		298.284		469.373		298.284	
Remuneração do capital próprio	-		-		-		-	
Dividendos	-		-		-		-	
Participações de acionistas não controladores	-		-		9.158		(20.981)	
	469.373	50,3	298.284	39,8	478.531	44,2	277.303	35,1
	932.062	100,0	748.443	100,0	1.081.359	100,0	789.332	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT, Companhia ou Controladora), com sede na rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, bairro Mossunguê, Curitiba - PR, é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B", subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Explora o serviço de geração de energia elétrica através de 45 usinas próprias e participação em outras 2 usinas, sendo 20 hidrelétricas, 25 eólicas e 2 termelétricas, com 6.145,8 MW de capacidade instalada e garantia física de 2.857,7 MW médios, além do serviço de transmissão de energia elétrica prestado através de 52 subestações e 7.887 km de linhas próprias e em participação, pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Companhia tem como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte e comercialização de energia elétrica. Adicionalmente, a Companhia tem participação em consórcios e em sociedades de propósito específico, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Coronavírus é uma família de vírus descoberto em 2019, após casos registrados na China, que provoca a doença chamada Covid-19. Em 26.02.2020 o primeiro caso de infecção foi identificado no Brasil, no município de São Paulo e no dia 11.03.2020, a OMS atribuiu o status de pandemia ao coronavírus, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo. No Brasil, os governos federal, estaduais e municipais implementaram diversas medidas para lidar com a emergência na saúde pública. No estado do Paraná as medidas incluíram isolamento social e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus, essas medidas foram relaxadas a partir de setembro de 2020 com a redução do isolamento social e o aumento da atividade econômica, porém em meados de fevereiro e início de março de 2021 voltaram as restrições mais rígidas devido ao agravamento da pandemia.

A partir de março de 2020, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os

efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos equipamentos de proteção individual.

Da mesma forma, a Copel GeT adotou diversas ações com o objetivo de manter a confiabilidade e disponibilidade de suas usinas e dos sistemas de transmissão.

Efeitos do coronavírus (Covid-19) nas demonstrações financeiras intermediárias

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira, com efeitos nas operações da Copel GeT, principalmente pela expectativa mais gradual de retomada da demanda de energia de longo prazo com reflexo de redução nas estimativas futuras de despacho da UEGA, em decorrência da fonte termoeletrica ser menos competitiva na preferência de despacho que as fontes hidroelétricas, exceto quando o acionamento de usinas termoeletrica se faz necessária para recuperação dos reservatórios das usinas hidroelétricas devido a baixa aflluência.

A Medida Provisória nº 950/2020, emitida pelo Governo Federal, dispôs sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública. Contudo, a medida provisória não alcança os contratos de energia celebrados no mercado livre, que deve buscar negociações bilaterais ou ter a situação arbitrada pelo Poder Judiciário.

A Copel tem acompanhado as projeções da carga de energia e não observa sinais de retração significativos no início de 2021, o que pode ocorrer caso restrições impactarem por um longo prazo as atividades industriais e comerciais não essenciais.

No que diz respeito ao cronograma de implantação de projetos de geração e transmissão, ou até mesmo na disponibilidade dos ativos existentes decorrentes de ações locais que impeçam o acesso às instalações ou de problemas com os fornecedores do setor, também afetados pela crise, a Administração, de forma diligente, continua acompanhando os prazos das obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. As obras em andamento da Companhia até o momento não tiveram atrasos significativos.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Copel GeT vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Neste cenário, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras intermediárias, a Administração avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia, conforme segue:

a.1) Perdas de crédito esperadas

Um risco potencialmente relevante na emergência da Covid-19 está relacionado à inadimplência de clientes. Neste cenário, a Companhia mantém um contato regular com seus principais clientes, flexibilizando a política de cobrança no período da pandemia e o incremento do nível de digitalização no relacionamento com a Copel GeT.

Tanto o saldo de contas a receber da Companhia bem como as estimativas de perdas de créditos esperadas registradas em 31.03.2021 refletem, de maneira tempestiva, a melhor análise da Administração neste momento sobre a qualidade e recuperabilidade desse ativo financeiro.

Ainda que não tenha deteriorado significativamente o indicador de perdas, a Companhia poderá enfrentar uma pressão nesse indicador se houver um prolongamento mais grave da pandemia e restrições mais rígidas de distanciamento social forem implementadas na tentativa de reduzir o nível de contágio entre a população.

a.2) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*

As premissas dos ativos não financeiros relevantes da Companhia foram avaliadas individualmente e a Administração concluiu que não há indicativos para ajustar o valor do *impairment* de seus ativos.

Em relação as projeções, as principais premissas aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não tiveram impacto significativo no curto prazo tendo em vista que a maior parte de energia já está contratada e o montante da energia exposta à liquidação ao PLD não é relevante. No médio prazo, houve impacto nos preços negociados no mercado livre sobre a parte da energia não contratada, mas sem impacto relevante para a Companhia. Por fim, no longo prazo, as principais premissas utilizadas para o cálculo do *impairment* (preços futuros da energia e níveis de GSF) não sofreram alteração significativa, evidenciando-se, portanto, a recuperabilidade dos ativos.

a.3) Recuperação dos tributos diferidos ativos

A Companhia e suas controladas possuem saldo de R\$ 36.580 de tributos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias contabilizados em 31.03.2021. A Companhia avaliou suas estimativas de expectativa de lucro tributável futuro e não identificou necessidade de provisão para perda dos mesmos.

a.4) Valor justo de outros ativos e passivos

No momento atual, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia, principalmente nos ativos originários de contratos de concessão que são realizados a longo prazo e possuem garantia contratual de recebimento de seu saldo residual ao final da concessão e/ou direito de receber caixa durante a concessão. Neste sentido, tendo em vista que não houve alterações nas estimativas e premissas de longo prazo, e que os ativos da Companhia são essenciais e apontam para a continuidade das operações e dos fluxos de caixa no médio e longo prazo, até o momento, apesar dos efeitos da pandemia continuarem incertos, seus efeitos não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia.

a.5) Benefícios Pós-emprego

A Administração da Companhia tem efetuado monitoramento constante em relação ao valor justo do ativo atuarial dos planos de benefícios pós emprego em decorrência da instabilidade da taxa de juros, que é determinada com base nos dados de mercado. Apesar da instabilidade econômica neste período de pandemia o valor justo dos ativos dos planos não teve retração em 31.03.2021 em relação ao valor justo de 31.12.2020. Portanto, os planos de benefícios não geraram obrigações adicionais devido a existência de superávit do plano previdenciário e ao fato de o passivo atuarial do plano assistencial estar reconhecido em montante suficiente, frente a atual avaliação.

a.6) Liquidez

A Companhia apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para seus requisitos atuais.

Em 31.03.2021, o capital circulante líquido consolidado da Companhia totaliza R\$ 460.605 (R\$ 121.412 em 31.12.2020) com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 1.565.793, frente ao saldo de R\$ 1.509.740 em 31.12.2020. O capital circulante líquido negativo apresentado pela Controladora está sendo monitorado, conforme descrito na NE nº 34.2.2.

A Companhia vem monitorando sua liquidez financeira, considerando a possibilidade de captação de recursos e implementando ações de redução de custos, com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações financeiras em dia.

a.7) Outros ativos

A Companhia não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem *impairment* de outros ativos, tendo em vista que até o momento atual, a pandemia não resultou em impacto significativo nas operações da Companhia.

Diante do exposto acima, ressalta-se que não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias em 31.03.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Copel GeT está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

b) Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09.09.2020, foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados: (i) por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) pelas restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerce seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04, tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC 04, o ativo a ser constituído pela repactuação do risco não hidrológico, em caso de repactuação, será reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da Aneel, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

A compensação aos geradores hidroelétricos, que ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, será reconhecida, em caso de repactuação como um intangível em contrapartida à compensação de custos com energia elétrica.

Em 02.03.2021 a CCEE divulgou os cálculos da repactuação do risco hidrológico e os resultados, que totalizam R\$ 1.366.343 para as 15 usinas elegíveis da Companhia, foram enviados a Aneel para serem submetidos à análise homologatória. Até a data da publicação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia ainda não aderiu à repactuação do risco hidrológico, pois a Administração aguarda a homologação pela Aneel dos aproximadamente 510 dias de média de extensão da outorga das suas usinas para avaliar a possível adesão aos termos da repactuação e renúncia de futuros questionamentos ou ações judiciais em relação aos riscos hidrológicos em questão.

1.1 Participações societárias da Copel

A Copel GeT participa, direta ou indiretamente, em controladas (1.1.1), em empreendimentos controlados em conjunto (1.1.2), em coligadas (1.1.3) e em operações em conjunto (1.1.4).

1.1.1 Controladas

Controlada	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
UEG Araucária S.A. (UEGA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - gás natural	60,9	Copel GeT
São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	S. Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Touros/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanaú/CE	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A. (Cutia)	Curitiba/PR	Controle e gestão de participações	100,0	Copel GeT
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Bela Vista Geração de Energia S.A. (a)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	100,0	Copel GeT
Jandaíra I Energias Renováveis S.A. (a) (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra II Energias Renováveis S.A. (a) (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra III Energias Renováveis S.A. (a) (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
Jandaíra IV Energias Renováveis S.A. (a) (b)	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Copel GeT
GE Olho D'Água S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Boa Vista S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE Farol S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
GE São Bento do Norte S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	São Bento
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Potiguar S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Cutia S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	São Bento do Norte/RN	Geração de energia elétrica - fontes eólicas	100,0	Cutia

(a) Fase pré-operacional.

(b) SPEs constituídas com 99,9% de participação da Copel GeT e 0,1% da Cutia. Está em andamento o processo de transferência da totalidade das ações para a Copel GeT.

1.1.2 Empreendimentos controlados em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto	Sede	Atividade principal	Participação	
			%	Investidora
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	24,5	Copel GeT
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	50,1	Copel GeT
Cantareira Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	49,0	Copel GeT

1.1.3 Coligadas

Coligada	Sede	Atividade principal	Participação %	
			%	Investidora
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	35,77	Copel GeT

1.1.4 Operações em conjunto (consórcios)

Consórcio	Consorticiados	Participação %
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (NE nº 16.3)	Copel GeT	51,0
	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	49,0
Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (NE nº 16.3)	Copel GeT	30,0
	Geração Céu Azul S.A. (controlada da Neoenergia S.A.)	70,0

2 Concessões e Autorizações

Concessões de Geração	Participação %	Vencimento
CONCESSÕES ONEROSAS PELO DIREITO DE USO DO BEM PÚBLICO - UBP		
Contrato de Concessão de geração nº 001/2007 - UHE Gov. Jayme Canet Júnior (Mauá)	51	02.07.2042
Contrato de Concessão nº 001/2011 - UHE Colíder	100	17.01.2046
Autorização - Portaria nº 133/2011 - PCH Cavernoso II	100	28.02.2046
Contrato de Concessão nº 002/2012 - UHE Baixo Iguaçu	30	30.10.2049
Contrato de Concessão nº 007/2013		
UHE Apucarantina	100	12.10.2025
UHE Chaminé	100	16.08.2026
UHE Derivação do Rio Jordão	100	15.11.2029
UHE Cavernoso	100	07.01.2031
CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO		
Contrato de Concessão nº 045/1999		
UTE Figueira (NE nº 34.2.6)	100	27.03.2019
UHE São Jorge (NE nº 34.2.6)	100	05.12.2024
UHE Gov. Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	100	16.11.2029
UHE Gov. José Richa (Salto Caxias)	100	05.05.2030
Contrato de Concessão nº 001/2020		
UHE Guaricana	100	16.08.2026
Autorização - Resolução nº 278/1999 - EOL Palmas	100	29.09.2029
Despacho nº 182/2002 - Central Geradora Hidrelétrica - CGH Melissa, CGH Pitangui e CGH Salto do Vau (apenas registro na Aneel)	100	-
Contrato de Concessão nº 003/2016 - UHE Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza (GPS)	100	05.01.2046
UHE Marumbi - Declaração de registro de central geradora: CGH.PH.PR.001501-6.02	100	-
Resolução Autorizativa Aneel nº 5373/2015 - CGH Chopim I (apenas registro na Aneel)	100	-
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias		
UEG Araucária	Resolução nº 351/1999 - UTE Araucária	60,9 23.12.2029
Nova Asa Branca I	Portaria MME nº 267/2011 - EOL Asa Branca I	100 25.04.2046
Nova Asa Branca II	Portaria MME nº 333/2011 - EOL Asa Branca II	100 31.05.2046
Nova Asa Branca III	Portaria MME nº 334/2011 - EOL Asa Branca III	100 31.05.2046
Nova Eurus IV	Portaria MME nº 273/2011 - EOL Eurus IV	100 27.04.2046
Santa Maria	Portaria MME nº 274/2012 - EOL SM	100 08.05.2047
Santa Helena	Portaria MME nº 207/2012 - EOL Santa Helena	100 09.04.2047
Ventos de Santo Uriel	Portaria MME nº 201/2012 - EOL Ventos de Santo Uriel	100 09.04.2047
GE Boa Vista	Portaria MME nº 276/2011 - EOL Dreen Boa Vista	100 28.04.2046
GE Farol	Portaria MME nº 263/2011 - EOL Farol	100 20.04.2046
GE Olho D'Água	Portaria MME nº 343/2011 - EOL Dreen Olho D'Água	100 01.06.2046
GE São Bento do Norte	Portaria MME nº 310/2011 - EOL Dreen São Bento do Norte	100 19.05.2046
Esperança do Nordeste	Portaria MME nº 183/2015 - EOL Esperança do Nordeste	100 11.05.2050
Paraíso dos Ventos do Nordeste	Portaria MME nº 182/2015 - EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste	100 11.05.2050
Usina de Energia Eólica Jangada	REA nº 3.257/2011 - EOL GE Jangada	100 05.01.2042
Maria Helena	REA nº 3.259/2011 - EOL GE Maria Helena	100 05.01.2042
Usina de Energia Eólica Potiguar	Portaria MME nº 179/2015 - EOL Potiguar	100 11.05.2050
Usina de Energia Eólica Guajiru	REA nº 3.256/2011 - EOL Dreen Guajiru	100 05.01.2042
Usina de Energia Eólica Cutia	REA nº 3.258/2011 - EOL Dreen Cutia	100 05.01.2042
São Bento do Norte I	Portaria nº 349/2015 - EOL São Bento do Norte I	100 04.08.2050
São Bento do Norte II	Portaria nº 348/2015 - EOL São Bento do Norte II	100 04.08.2050
São Bento do Norte III	Portaria nº 347/2015 - EOL São Bento do Norte III	100 04.08.2050
São Miguel I	Portaria nº 352/2015 - EOL São Miguel I	100 04.08.2050
São Miguel II	Portaria nº 351/2015 - EOL São Miguel II	100 04.08.2050
São Miguel III	Portaria nº 350/2015 - EOL São Miguel III	100 04.08.2050
Foz do Chopim	Autorização - Resolução nº 114/2000 - PCH Arturo Andreoli	35,77 24.04.2030
PCH Bela Vista (a)	Resolução Autorizativa nº 913/2007 - transferência de titularidade pela Resolução Autorizativa nº 7802/2019	100,0 02.01.2041
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (FDA)	Contrato de Concessão de Geração nº 002/2020 (NE nº 34.2.6)	100 17.09.2023
Jandaíra I Energias Renováveis (a)	Portaria nº 140/2020 - EOL Jandaíra I	100 02.04.2055
Jandaíra II Energias Renováveis (a)	Portaria nº 141/2020 - EOL Jandaíra II	100 02.04.2055
Jandaíra III Energias Renováveis (a)	Portaria nº 142/2020 - EOL Jandaíra III	100 02.04.2055
Jandaíra IV Energias Renováveis (a)	Portaria nº 139/2020 - EOL Jandaíra IV	100 02.04.2055

(a) Empreendimento em construção.

Usina Hidrelétrica - UHE
 Pequena Central Hidrelétrica - PCH
 Usina Termelétrica - UTE
 Usina Eolielétrica - EOL

Copel GeT		Participação %	Vencimento	Próxima revisão tarifária
Contratos de Concessões de Linhas de Transmissão - LT e Subestações - SE				
Contrato nº 060/2001 - Instalações de transmissão (diversos LTs e SEs) - prorrogado pelo 3º termo aditivo		100	01.01.2043	2023
Contrato nº 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva		100	17.08.2031	(b)
Contrato nº 006/2008 - LT 230 kV Bateias - Pilarzinho		100	17.03.2038	2023
Contrato nº 027/2009 - LT 525 kV Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste		100	19.11.2039	2025
Contrato nº 010/2010 - LT 500 kV Araraquara II - Taubaté		100	06.10.2040	2021
Contrato nº 015/2010 - SE Cerquilha III 230/138 kV		100	06.10.2040	2021
Contrato nº 022/2012 - LT 230 kV Londrina - Figueira e LT 230 kV Foz do Chopim - Salto Osório		100	27.08.2042	2023
Contrato nº 002/2013 - LT 230 kV Assis - Paraguaçu Paulista II e SE Paraguaçu Paulista II 230 kV		100	25.02.2043	2023
Contrato nº 005/2014 - LT 230 kV Bateias - Curitiba Norte e SE Curitiba Norte 230/138 kV		100	29.01.2044	2024
Contrato nº 021/2014 - LT 230 kV Foz do Chopim - Realeza e SE Realeza 230/138 kV		100	05.09.2044	2025
Contrato nº 022/2014 - LT 500 kV Assis - Londrina		100	05.09.2044	2025
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau (a) LT 230 kV Baixo Iguaçu - Realeza LT 230 kV Curitiba Centro - Uberaba SE Medianeira 230/138 kV SE Curitiba Centro 230/138 kV SE Andará Leste 230/138 kV		100	07.04.2046	2021
Contratos de Concessão / Autorização das Participações Societárias				
Costa Oeste Transmissora	Contrato nº 001/2012: LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama SE Umuarama 230/138 kV	100	12.01.2042	2022
Caiuá Transmissora	Contrato nº 007/2012: LT 230 kV Umuarama - Guaíra LT 230 kV Cascavel Oeste - Cascavel Norte SE Santa Quitéria 230/138/13,8 kV SE Cascavel Norte 230/138/13,8 kV	49	10.05.2042	2022
Marumbi Transmissora	Contrato nº 008/2012: LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste SE Curitiba Leste 525/230 kV	100	10.05.2042	2022
Integração Maranhense	Contrato nº 011/2012: LT 500 kV Açailândia - Miranda II	49	10.05.2042	2022
Matrinchã Transmissora	Contrato nº 012/2012: LT 500 kV Paranaíba - Cláudia LT 500 kV Cláudia - Paranatinga LT 500 kV Paranatinga - Ribeirãozinho SE Paranaíba 500 kV SE Cláudia 500 kV SE Paranatinga 500 kV	49	10.05.2042	2022
Guaraciaba Transmissora	Contrato nº 013/2012: LT 500 kV Ribeirãozinho - Rio Verde Norte LT 500 kV Rio Verde Norte - Marimbondo II SE Marimbondo II 500 kV	49	10.05.2042	2022
Paranaíba Transmissora	Contrato nº 007/2013: LT 500 kV Barreiras II - Rio das Éguas LT 500 kV Rio das Éguas - Luziânia LT 500 kV Luziânia - Pirapora 2	24,5	02.05.2043	2023
Mata de Santa Genebra	Contrato nº 001/2014: LT 500 kV Itatiba - Bateias LT 500 kV Araraquara 2 - Itatiba LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV SE Itatiba 500 kV SE Fernão Dias 500/440 kV	50,1	14.05.2044	2024
Cantareira Transmissora	Contrato nº 019/2014: LT Estreito - Fernão Dias	49	05.09.2044	2025
Uirapuru Transmissora	Contrato nº 002/2005: LT 525 kV Ivaiporã - Londrina	100	04.03.2035	(b)

(a) Início da operação comercial em 1º.04.2021.

(b) Não passam por revisão tarifária e a RAP reduz para 50% no 16º ano.

3 Base de Preparação

3.1 Base de elaboração

Estas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13.05.2021.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Copel GeT e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre o uso de estimativas e julgamentos referentes à aplicação das políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas divulgadas na NE nº 3.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2020.

3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional, apesar do capital circulante líquido apresentado pela Controladora. As ações para o equacionamento da capacidade financeira de curto prazo da Copel GeT estão descritas na NE nº 34.2.2.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia, o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

4 Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis da Companhia são consistentes com aquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2020.

4.1 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021

A partir do exercício de 2021, estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2”.

5 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	7.664	26.663	55.167	69.892
Aplicações financeiras de liquidez imediata	614.807	736.838	1.510.626	1.439.848
	622.471	763.501	1.565.793	1.509.740

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 85,0% e 101,5% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 2 a 60 meses a partir do final do período de relatório.

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Cotas de fundos de investimentos (a)	CDI	54.749	63.392	234.021	229.009
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 99% do CDI	46.453	47.223	59.754	60.471
		101.202	110.615	293.775	289.480
	Circulante	-	-	-	-
	Não circulante	101.202	110.615	293.775	289.480

Certificado de Depósito Interbancário - CDI

(a) Tratam-se de contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos com o BNDES.

7 Clientes

Controladora	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.03.2021	Saldo 31.12.2020
Consumidores					
Consumidores livres	24.608	2.941	9	27.558	67.470
Outros créditos	63	-	263	326	263
	24.671	2.941	272	27.884	67.733
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	143.491	-	-	143.491	92.699
Contratos regulados	125.616	1	6.740	132.357	132.889
CCEE (7.1)	-	-	119.665	119.665	119.665
	269.107	1	126.405	395.513	345.253
Encargos de uso da rede elétrica	74.954	187	2.549	77.690	77.779
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	(237)	(1)	(125.817)	(126.055)	(126.023)
	368.495	3.128	3.409	375.032	364.742

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.03.2021	Saldo 31.12.2020
Consumidores					
Consumidores livres	24.608	2.941	9	27.558	67.470
Outros créditos	63	-	263	326	263
	24.671	2.941	272	27.884	67.733
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Contratos bilaterais	(113.394)	(16)	-	(113.410)	(167.164)
Contratos regulados	163.408	98	6.744	170.250	170.865
CCEE (7.1)	671.267	16	119.665	790.948	824.055
	721.281	98	126.409	847.788	827.756
Encargos de uso da rede elétrica	80.996	223	3.025	84.244	84.589
(-) Perdas de créditos esperadas (7.2)	(238)	(1)	(126.252)	(126.491)	(126.636)
	826.710	3.261	3.454	833.425	853.442

7.1 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Saldo a receber proveniente de posição positiva na liquidação mensal do mercado de curto prazo centralizado pela CCEE. Os valores são recebidos no segundo mês subsequente ao reconhecimento da receita ou são compensados com liquidações futuras quando o resultado apresentar posição negativa para a controlada.

Do total apresentado, R\$ 119.665 se referem à parcela controversa decorrente dos efeitos da liminar pelo excludente de responsabilidade da UHE Colíder. Como resultado de caso fortuito e força maior, a usina atrasou sua operação comercial, inicialmente prevista para janeiro de 2015. A Companhia discute judicialmente o pedido de excludente de responsabilidade para que a obrigatoriedade do fornecimento da energia contratada pela usina, no período em atraso, seja postergada. Foram registradas perdas de crédito esperadas no mesmo valor do saldo a receber, conforme demonstrado na NE nº 7.3.

A Copel GeT protocolou pedido administrativo do excludente de responsabilidade na Aneel, que foi negado, e subsequentemente, em 18.12.2017, impetrou ação ordinária com pedido de tutela antecipada junto ao Poder Judiciário, solicitando a reversão da decisão da agência. Em 06.04.2018, o Tribunal Federal da 1ª Região deferiu a antecipação de tutela recursal requerida no Agravo de Instrumento para conceder a liminar para suspender a exigência de quaisquer ônus ou imputação de penalidade à Copel em decorrência da ultrapassagem dos marcos temporais do cronograma original do Contrato de Concessão, até o julgamento definitivo. A ação principal está aguardando o julgamento do mérito da ação.

A energia contratada da usina é de 125 MW médios. Para os períodos em atraso o contrato foi cumprido e, em virtude do não julgamento do mérito da ação, a Companhia reconheceu a receita se limitando às cláusulas econômicas do contrato e às regras regulatórias, bem como ao custo da energia para cobertura do lastro contratual.

7.2 Perdas de créditos esperadas

Controladora	Saldo em 1º.01.2021	Adições / (reversões)	Saldo em 31.03.2021
Consumidores			
Industrial	87	(27)	60
	87	(27)	60
Concessionárias e permissionárias			
CCEE (7.1)	119.665	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	6.271	59	6.330
	125.936	59	125.995
	126.023	32	126.055
Consolidado	Saldo em 1º.01.2021	Adições	Saldo em 31.03.2021
Consumidores			
Industrial	87	(27)	60
	87	(27)	60
Concessionárias e permissionárias			
CCEE (7.1)	119.665	-	119.665
Concessionárias e permissionárias	6.884	(118)	6.766
	126.549	(118)	126.431
	126.636	(145)	126.491

8 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Controladora e Consolidado	31.03.2021	31.12.2020
Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas (8.1)	684.040	671.204
Contrato de concessão de geração de energia elétrica (8.2)	85.722	81.202
	769.762	752.406
Circulante	5.186	4.515
Não circulante	764.576	747.891

8.1 Bonificação pela outorga de contrato de concessão em regime de cotas

Em 1º.01.2021	671.204
Transferências para suprimento de energia elétrica - clientes	(17.959)
Juros efetivos (NE nº 30.1)	30.795
Em 31.03.2021	684.040

A Copel GeT firmou em 05.01.2016, por 30 anos, contrato de concessão da UHE GPS, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com pagamento ao Poder Concedente da Bonificação pela Outorga - BO no montante de R\$ 574.827, conforme regras do Edital de Leilão Aneel nº 12/2015.

A energia elétrica em 2016 foi integralmente comercializada no ACR no Sistema de Cota de Garantia Física - CGF ou "regime de cotas" e, a partir de 2017 até o final da concessão, na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como ativo financeiro em função do direito incondicional da Copel GeT de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

8.2 Contrato de concessão de geração de energia elétrica

Em 1º.01.2021	81.202
Remuneração	1.916
Reversão de <i>impairment</i> (NE nº 31.4)	2.604
Em 31.03.2021	85.722

Saldo residual dos ativos de geração de energia elétrica da UHE GPS e UHE Mourão I. A Copel GeT depreciou as usinas até 2015, data de vencimento das concessões e o saldo remanescente foi reclassificado para a rubrica contas a receber vinculadas à concessão.

Apesar de o Poder Concedente ainda não ter divulgado a forma do pagamento da remuneração dos ativos, a expectativa da Administração sobre a indenização desses ativos indica a recuperabilidade do saldo registrado, baseada na metodologia de compensação determinada pela Aneel.

A Copel GeT manifestou tempestivamente à Aneel o interesse no recebimento do valor indenizável. A formalização da comprovação de realização dos respectivos investimentos àquela agência reguladora ocorreu em 17.12.2015. Para elaboração das informações, foi utilizada a metodologia do valor novo de reposição, conforme definido pela Resolução Normativa Aneel nº 596/2013.

9 Ativos de contrato

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Contratos de concessão de transmissão	2.695.925	2.591.049	3.124.014	3.007.234
Contratos de concessão de transmissão - RBSE	1.321.141	1.343.348	1.321.141	1.343.348
	4.017.066	3.934.397	4.445.155	4.350.582
Circulante	257.468	274.863	268.759	285.682
Não circulante	3.759.598	3.659.534	4.176.396	4.064.900

9.1 Mutações dos ativos de contrato

	Controladora			Consolidado		
	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total	Ativo concessões	Ativo RBSE	Total
Em 1º.01.2021	2.591.049	1.343.348	3.934.397	3.007.234	1.343.348	4.350.582
Realização de mais/menos valia em combinações de negócios	-	-	-	180	-	180
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(59.238)	(77.812)	(137.050)	(66.418)	(77.812)	(144.230)
Transferências para o imobilizado	(513)	-	(513)	(513)	-	(513)
Transferência de litígios	-	-	-	1.631	-	1.631
Remuneração	126.226	55.605	181.831	141.776	55.605	197.381
Receita de construção	37.494	-	37.494	39.216	-	39.216
Margem de construção	619	-	619	648	-	648
Ganho por eficiência (9.1.1)	288	-	288	260	-	260
Em 31.03.2021	2.695.925	1.321.141	4.017.066	3.124.014	1.321.141	4.445.155
Circulante			257.468			268.759
Não circulante			3.759.598			4.176.396

9.2 Ganho (perda) por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados a moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida a medida em que os serviços são executados.

9.2.1 Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	Ativo concessões	Ativo RBSE
Margem de construção	1,65%	N/A
Margem de operação e manutenção	1,65%	N/A
Taxa de remuneração (a)	9,61% a.a.	9,54% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA (b)	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	418.840	279.406
Custo de construção incorrido das obras em andamento até março/2021		
Contrato nº 006/2016 - LT 525 kV Curitiba Leste - Blumenau	247.280	N/A

(a) Taxa média dos contratos

(b) O contrato 075/2001 - LT 230 kV Bateias - Jaguariaíva, da Copel GET, e o 002/2005 - LT 525 kV Ivaiporã - Londrina, da Uirapuru, são corrigidos pelo IGPM.

10 Outros Créditos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Serviços em curso (a)	100.447	92.639	104.115	96.307
Ressarcimento de valores de consumo de carvão pela CDE	30.227	28.657	30.227	28.657
Adiantamento a fornecedores (b)	22.398	30.122	28.555	36.278
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (NE nº 34.2.3 - a)	27.207	23.308	27.207	23.308
Alienações e desativações em curso	13.493	12.241	16.988	15.736
Adiantamento a empregados	8.580	6.197	8.581	6.198
Serviços prestados a terceiros	21.497	20.261	7.820	6.617
Adiantamento para indenizações imobiliárias	4.226	4.373	4.226	4.373
Outros créditos	9.558	7.385	17.386	17.612
	237.633	225.183	245.105	235.086
Circulante	169.138	160.528	176.071	170.092
Não circulante	68.495	64.655	69.034	64.994

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

(b) Adiantamento previsto em cláusula contratual.

11 Tributos

11.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora			
	Saldo em 1º.01.2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.03.2021
Ativo não circulante			
<i>Impairment</i>	309.283	(744)	308.539
Benefícios pós-emprego	146.662	1.329	147.991
Provisões para litígios	147.884	(475)	147.409
Perdas de créditos esperadas	43.678	784	44.462
Provisões por desempenho e participação nos lucros	38.342	5.641	43.983
Amortização do direito de concessão	42.739	1.210	43.949
Provisão para P&D	13.614	(2.835)	10.779
Provisão para compra de energia	18.039	-	18.039
Outros	47.512	587	48.099
	807.753	5.497	813.250
(-) Passivo não circulante			
Contratos de concessão	693.974	35.262	729.236
Custo atribuído ao imobilizado	350.492	(6.600)	343.892
Depreciação acelerada	75.954	-	75.954
Atualização de depósitos judiciais	12.573	(381)	12.192
Outros	34.839	424	35.263
	1.167.832	28.705	1.196.537
Líquido	(360.079)	(23.208)	(383.287)

Consolidado			
	Saldo em 1º.01.2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.03.2021
Ativo não circulante			
<i>Impairment</i>	309.283	(744)	308.539
Provisões para litígios	155.821	(475)	155.346
Benefícios pós-emprego	146.662	1.329	147.991
Perdas de créditos esperadas	43.678	784	44.462
Provisões por desempenho e participação nos lucros	38.486	5.641	44.127
Amortização do direito de concessão	42.739	1.210	43.949
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	34.268	1.970	36.238
Provisão para compra de energia	18.039	-	18.039
Provisão para P&D	13.614	(2.590)	11.024
Outros	47.368	686	48.054
	849.958	7.811	857.769
(-) Passivo não circulante			
Contratos de concessão	703.783	35.526	739.309
Custo atribuído ao imobilizado	350.492	(6.600)	343.892
Depreciação acelerada	75.955	-	75.955
Atualização de depósitos judiciais	12.573	(381)	12.192
Outros	49.073	(373)	48.700
	1.191.876	28.172	1.220.048
Líquido	(341.918)	(20.361)	(362.279)
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	34.267		36.580
Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	(376.185)		(398.859)

11.1.1 Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2021	89.656	(69.033)	101.278	(73.025)
2022	45.960	(81.239)	46.082	(85.397)
2023	39.108	(82.288)	39.139	(85.395)
2024	29.482	(81.330)	29.482	(83.056)
2025	29.420	(83.396)	35.848	(84.869)
2026 a 2028	64.284	(230.880)	82.661	(233.126)
2029 a 2030	515.340	(568.371)	523.279	(575.180)
	813.250	(1.196.537)	857.769	(1.220.048)

11.1.2 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31.03.2021, a UEG Araucária não reconheceu créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$ 129.955 (R\$ 131.655 em 31.12.2020) por não haver, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para absorção dos referidos ativos.

11.2 **Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	10.364	23.753	10.876	24.188
PIS/Pasep e Cofins a compensar	97.739	268	109.873	430
Outros tributos a compensar	1.278	1.254	1.286	1.261
	109.381	25.275	122.035	25.879
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	24.668	9.760	25.472	10.653
PIS/Pasep e Cofins	45.885	48.585	45.885	48.585
Outros tributos a compensar	333	321	474	449
	70.886	58.666	71.831	59.687
Passivo circulante				
ICMS a recolher	1.036	1.677	1.056	1.724
PIS/Pasep e Cofins a recolher	20.834	19.609	31.112	26.809
Outros tributos	1.271	26.056	5.178	30.084
	23.141	47.342	37.346	58.617
Passivo não circulante				
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	47.836	47.125	47.836	47.125
Outros tributos	-	-	4.638	4.602
	47.836	47.125	52.474	51.727

11.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Lucro antes do IRPJ e CSLL	609.565	432.760	666.536	416.722
IRPJ e CSLL (34%)	(207.252)	(147.138)	(226.622)	(141.685)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	66.225	10.423	29.307	8.322
Despesas indedutíveis	(103)	(204)	(2.448)	(204)
Incentivos fiscais	932	1.185	932	1.185
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	-	-	(3.154)	(16.434)
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	-	-	11.554	8.412
Outros	6	1.258	2.426	985
IRPJ e CSLL correntes	(116.984)	(120.677)	(167.644)	(127.944)
IRPJ e CSLL diferidos	(23.208)	(13.799)	(20.361)	(11.475)
Alíquota efetiva - %	23,0%	31,1%	28,2%	33,5%

12 Despesas Antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Prêmios de seguros	5.949	8.965	7.451	12.560
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa	1.353	433	1.353	433
Outros	-	1	-	1
	7.302	9.399	8.804	12.994

13 Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Ativo circulante				
Controlador (13.1)				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	260	511	260	511
Controladas (13.1)				
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	32	40	-	-
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	50	63	-	-
Uirapuru	35	45	-	-
FDA Energia	1.145	2.277	-	-
Bela Vista	59	76	-	-
Eólicas	1.882	2.419	-	-
Entidade sob controle em comum (13.1)				
Copel Distribuição S.A.	5.140	6.738	5.140	6.738
Copel Serviços S.A.	6	8	6	8
Copel Telecomunicações S.A.	-	27	-	27
Copel Comercialização S.A.	57	75	57	75
	8.666	12.279	5.463	7.359
Passivo circulante				
Controlador (13.1)				
Companhia Paranaense de Energia - Copel	2.214	2.519	1.997	2.826
Controladas				
UEG Araucária - mútuo 13.2	-	-	27.348	33.575
Entidade sob controle em comum (13.1)				
Copel Distribuição S.A.	2.886	4.243	3.783	5.560
	5.100	6.762	33.128	41.961

13.1 Compartilhamento de estruturas

Saldos se referem, principalmente, aos contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores, celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

13.2 UEGA - Contrato de Mútuo

Em 20.02.2020, foi assinado contrato de mútuo entre a Companhia Paranaense de Energia - Copel e UEG Araucária Ltda - UEGA (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa. O valor da receita financeira no período findo em 31.03.2021 foi de R\$ 168 (R\$ 23 em 31.03.2020). Em 29.04.2021 o mútuo foi quitado.

14 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Fiscais	48.513	50.001	53.471	54.928
Trabalhistas	17.220	16.199	17.322	16.251
Cíveis				
Cíveis	3.871	3.862	4.378	4.344
Servidões de passagem	2.752	2.640	2.774	2.663
	6.623	6.502	7.152	7.007
Outros	10	9	10	9
	72.366	72.711	77.955	78.195

15 Investimentos

15.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2020	Equivalência patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amorti- zação	Dividendos e JSCP	Saldo em 31.03.2021
Controladas						
UEGA	145.069	14.268	-	-	-	159.337
Bela Vista	208.911	(140)	-	-	-	208.771
São Bento	206.794	876	-	-	-	207.670
São Bento - direito de autorização	71.858	-	-	(707)	-	71.151
Cutia	1.235.699	(16.095)	-	-	-	1.219.604
Cutia - direito de autorização	7.996	-	-	(88)	-	7.908
Nova Asa Branca I	57.926	1.358	-	-	-	59.284
Nova Asa Branca I - direito de autorização	45.289	-	-	(448)	-	44.841
Nova Asa Branca II	58.129	1.994	-	-	-	60.123
Nova Asa Branca II - direito de autorização	45.734	-	-	(451)	-	45.283
Nova Asa Branca III	84.259	1.612	-	-	-	85.871
Nova Asa Branca III - direito de autorização	44.085	-	-	(436)	-	43.649
Nova Eurus IV	61.088	1.795	-	-	-	62.883
Nova Eurus IV - direito de autorização	46.687	-	-	(461)	-	46.226
Santa Maria	74.569	1.733	-	-	-	76.302
Santa Maria - direito de autorização	24.206	-	-	(229)	-	23.977
Santa Helena	77.057	720	-	-	-	77.777
Santa Helena - direito de autorização	26.069	-	-	(248)	-	25.821
Ventos de Santo Uriel	29.568	718	-	-	-	30.286
Ventos de Santo Uriel - direito de autorização	12.259	-	-	(117)	-	12.142
Costa Oeste	90.802	4.207	-	-	-	95.009
Costa Oeste - mais valia	906	(39)	-	-	-	867
Costa Oeste - direito de concessão	2.743	-	-	(32)	-	2.711
Marumbi	140.381	6.444	-	-	-	146.825
Marumbi - menos valia	(5.331)	25	-	-	-	(5.306)
Marumbi - direito de concessão	1.694	-	-	(19)	-	1.675
Uirapuru	161.780	13.413	-	-	(233)	174.960
Uirapuru - menos valia	(17.336)	135	-	-	-	(17.201)
Uirapuru - direito de concessão	18.103	-	-	(322)	-	17.781
FDA Geração de Energia	605.486	69.836	-	-	-	675.322
Jandaíra I	11.374	(415)	2.492	-	-	13.451
Jandaíra II	11.542	(345)	840	-	-	12.037
Jandaíra III	13.264	(308)	925	-	-	13.881
Jandaíra IV	13.287	(308)	815	-	-	13.794
	3.611.947	101.484	5.072	(3.558)	(233)	3.714.712
Empreendimentos controlados em conjunto (15.3)						
Caiuá	95.362	2.906	-	-	-	98.268
Integração Maranhense	148.583	4.760	-	-	-	153.343
Matrinchã	734.505	25.166	-	-	3.085	762.756
Guaraciaba	361.170	8.067	-	-	1.674	370.911
Paranaíba	203.681	9.970	-	-	(6.897)	206.754
Mata de Santa Genebra	661.430	19.858	-	-	-	681.288
Cantareira	359.685	12.337	-	-	-	372.022
	2.564.416	83.064	-	-	(2.138)	2.645.342
Coligadas (15.4)						
Foz do chopim	9.986	3.133	-	-	-	13.119
	9.986	3.133	-	-	-	13.119
	6.186.349	187.681	5.072	(3.558)	(2.371)	6.373.173

Consolidado	Saldo em 1º.01.2020	Equivalência patrimonial	Dividendos e JSCP	Saldo em 31.03.2021
Empreendimentos controlados em conjunto (15.3)				
Caiuá	95.362	2.906	-	98.268
Integração Maranhense	148.583	4.760	-	153.343
Matrinchã	734.505	25.166	3.085	762.756
Guaraciaba	361.170	8.067	1.674	370.911
Paranaíba	203.681	9.970	(6.897)	206.754
Mata de Santa Genebra	661.430	19.858	-	681.288
Cantareira	359.685	12.337	-	372.022
	2.564.416	83.064	(2.138)	2.645.342
Coligadas (15.4)				
Foz do chopim	9.986	3.133	-	13.119
	9.986	3.133	-	13.119
	2.574.402	86.197	(2.138)	2.658.461

15.2 Controladas com participação de não controladores

15.2.1 Informações financeiras resumidas

UEG Araucária	31.03.2021
ATIVO	593.583
Ativo circulante	437.271
Ativo não circulante	156.312
PASSIVO	593.583
Passivo circulante	325.284
Passivo não circulante	6.660
Patrimônio líquido	261.639
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Receita operacional líquida	378.382
Custos e despesas operacionais	(350.241)
Resultado financeiro	273
Tributos	(4.986)
Lucro líquido do período	23.428
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do período	23.428
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	73.777
Fluxo de caixa das atividades de investimento	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(6.527)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	67.250
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	64.806
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	132.056
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	67.250

15.2.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	UEG Araucária: 39,1%
Em 1º.01.2021	93.140
Lucro líquido do período	9.158
Em 31.03.2021	102.298

15.3 Informações resumidas dos principais empreendimentos controlados em conjunto

	Caiuá	Integração Maranhense	Matrinchã	Guaraciaba	Paranaíba	Mata de Santa Genebra	Cantareira
31.03.2021							
ATIVO	273.871	495.820	2.415.896	1.293.939	1.724.482	2.727.481	1.610.297
Ativo circulante	32.628	71.506	298.248	183.011	188.217	346.622	185.036
Caixa e equivalentes de caixa	8.653	15.873	51.549	29.768	30.807	51.958	36.160
Outros ativos circulantes	23.975	55.633	246.699	153.243	157.410	294.664	148.876
Ativo não circulante	241.243	424.314	2.117.648	1.110.928	1.536.265	2.380.859	1.425.261
PASSIVO	273.871	495.820	2.415.896	1.293.939	1.724.482	2.727.481	1.610.297
Passivo circulante	18.816	57.857	185.278	84.445	97.409	157.249	66.276
Passivos financeiros	7.384	13.168	82.479	30.849	48.294	107.882	37.662
Outros passivos circulantes	11.432	44.689	102.799	53.596	49.115	49.367	28.614
Passivo não circulante	54.508	125.019	673.975	452.533	783.183	1.210.375	784.789
Passivos financeiros	41.049	62.382	605.030	443.828	546.858	1.206.426	483.677
Outros passivos não circulantes	13.459	62.637	68.945	8.705	236.325	3.949	301.112
Patrimônio líquido	200.547	312.944	1.556.643	756.961	843.890	1.359.857	759.232
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	9.176	15.649	84.207	41.665	75.077	94.768	50.380
Custos e despesas operacionais	(1.308)	(1.024)	(31)	(5.763)	(3.266)	(8.029)	(1.300)
Resultado financeiro	(732)	(1.120)	(17.144)	(10.905)	(12.668)	(26.587)	(10.940)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	(1.202)	(3.792)	(15.674)	(8.420)	(18.449)	(20.516)	(12.961)
Lucro líquido do período	5.934	9.713	51.358	16.577	40.694	39.636	25.179
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	5.934	9.713	51.358	16.577	40.694	39.636	25.179
Participação no empreendimento - %	49,0	49,0	49,0	49,0	24,5	50,1	49,0
Valor contábil do investimento	98.268	153.343	762.756	370.911	206.754	681.288	372.022

Em 31.03.2021, a participação da Copel GeT nos passivos contingentes dos seus empreendimentos controlados em conjunto equivale a R\$ 237.525 (R\$ 225.908 em 31.12.2020).

15.4 Informações resumidas das principais coligadas

Foz do Chopim	31.03.2021
ATIVO	39.573
Ativo circulante	10.619
Ativo não circulante	28.954
PASSIVO	39.573
Passivo circulante	2.897
Patrimônio líquido	36.676
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Receita operacional líquida	14.301
Custos e despesas operacionais	(3.056)
Resultado financeiro	(1.996)
Provisão para IR e CSLL	(485)
Lucro líquido do período	8.764
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do período	8.764
Participação na coligada - %	35,77
Valor contábil do investimento	13.119

Em 31.03.2021, não há passivos contingentes na coligada, Foz do Chopim.

16 Imobilizado

16.1 Imobilizado por classe de ativos

Controladora		Depreciação		Depreciação	
	Custo	acumulada	31.03.2021	Custo	31.12.2020
Em serviço					
Reservatórios, barragens, adutoras	5.422.414	(2.188.836)	3.233.578	5.422.414	3.269.500
Máquinas e equipamentos	2.919.531	(1.298.051)	1.621.480	2.917.702	1.639.351
Edificações	1.207.669	(415.661)	792.008	1.208.089	800.300
Terrenos	437.004	(36.639)	400.365	437.576	403.346
Veículos e aeronaves	40.150	(38.492)	1.658	40.120	1.863
Móveis e utensílios	8.926	(7.061)	1.865	8.788	1.782
(-) Impairment (16.4)	(786.745)	-	(786.745)	(786.745)	(786.745)
(-) Obrigações especiais	(77)	47	(30)	(77)	(33)
	9.248.872	(3.984.693)	5.264.179	9.247.867	5.329.364
Em curso					
Custo	355.044	-	355.044	350.737	350.737
(-) Impairment (16.5)	(120.723)	-	(120.723)	(120.308)	(120.308)
	234.321	-	234.321	230.429	230.429
	9.483.193	(3.984.693)	5.498.500	9.478.296	5.559.793

Consolidado		Depreciação		Depreciação	
	Custo	acumulada	31.03.2021	Custo	31.12.2020
Em serviço					
Reservatórios, barragens, adutoras	7.760.287	(4.502.818)	3.257.469	7.760.287	3.301.227
Máquinas e equipamentos	7.276.675	(2.489.051)	4.787.624	7.273.843	4.852.976
Edificações	1.898.049	(1.074.633)	823.416	1.898.468	832.342
Terrenos	472.199	(36.639)	435.560	470.043	435.813
Veículos e aeronaves	40.150	(38.492)	1.658	40.120	1.863
Móveis e utensílios	10.768	(8.308)	2.460	10.630	2.396
(-) Impairment (16.4)	(926.316)	-	(926.316)	(925.521)	(925.521)
(-) Obrigações especiais	(331)	93	(238)	(331)	(251)
	16.531.481	(8.149.848)	8.381.633	16.527.539	8.500.845
Em curso					
Custo	741.733	-	741.733	714.563	714.563
(-) Impairment (16.5)	(120.723)	-	(120.723)	(120.308)	(120.308)
	621.010	-	621.010	594.255	594.255
	17.152.491	(8.149.848)	9.002.643	17.121.794	9.095.100

16.2 Muta  o do imobilizado

Controladora	Saldo em 1�.01.2020	Aquisi��es/ Impairment	Deprecia��o	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 31.03.2021
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.269.500	-	(35.922)	-	-	3.233.578
Máquinas e equipamentos	1.639.351	-	(24.640)	(1.799)	8.568	1.621.480
Edifica��es	800.300	-	(8.636)	(28)	372	792.008
Terrenos	403.346	-	(2.410)	(571)	-	400.365
Veículos e aeronaves	1.863	-	(235)	-	30	1.658
Móveis e utensílios	1.782	-	(55)	-	138	1.865
(-) Impairment (16.5)	(786.745)	-	-	-	-	(786.745)
(-) Obriga��es especiais	(33)	-	3	-	-	(30)
	5.329.364	-	(71.895)	(2.398)	9.108	5.264.179
Em curso						
Custo	350.737	12.902	-	-	(8.595)	355.044
(-) Impairment (16.5)	(120.308)	(415)	-	-	-	(120.723)
	230.429	12.487	-	-	(8.595)	234.321
	5.559.793	12.487	(71.895)	(2.398)	513	5.498.500

Consolidado	Saldo em 1�.01.2020	Aquisi��es/ Impairment	Deprecia��o	Baixas	Transfe- rências	Saldo em 31.03.2021
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	3.301.227	-	(43.758)	-	-	3.257.469
Máquinas e equipamentos	4.852.976	-	(73.125)	(1.798)	9.571	4.787.624
Edifica��es	832.342	-	(9.270)	(27)	371	823.416
Terrenos	435.813	-	(2.408)	(571)	2.726	435.560
Veículos e aeronaves	1.863	-	(235)	-	30	1.658
Móveis e utensílios	2.396	-	(74)	-	138	2.460
(-) Impairment (16.5)	(925.521)	(795)	-	-	-	(926.316)
(-) Obriga��es especiais	(251)	-	13	-	-	(238)
	8.500.845	(795)	(128.857)	(2.396)	12.836	8.381.633
Em curso						
Custo	714.563	39.573	-	(213)	(12.190)	741.733
(-) Impairment (16.5)	(120.308)	(415)	-	-	-	(120.723)
	594.255	39.158	-	(213)	(12.190)	621.010
	9.095.100	38.363	(128.857)	(2.609)	646	9.002.643

16.3 Opera  es em conjunto - consórcios

Os valores registrados no imobilizado referentes às participa  es da Copel GeT em consórcios estão demonstrados a seguir:

Empreendimento	Participação (%) Copel GeT	Taxa média anual de depreciação (%)	31.03.2021	31.12.2020
UHE Gov. Jayme Canet Júnior - Mauá				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	51,0			
Em serviço			859.917	859.917
(-) Depreciação Acumulada		3,43	(242.817)	(235.454)
Em curso			23.923	24.827
			641.023	649.290
UHE Baixo Iguaçu	30,0			
Em serviço			691.833	691.833
(-) Depreciação Acumulada		3,29	(47.502)	(41.803)
Em curso			51.271	50.114
			695.602	700.144
			1.336.625	1.349.434

16.4 Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (impairment) de ativos do segmento de geração

Em 31.03.2021, os empreendimentos com saldos de *impairment* registrados são os seguintes:

Controladora		Imobilizado		Valor em uso
	Custo	Depreciação	Impairment	
UHE Colíder	2.477.051	(190.309)	(683.193)	1.603.549
Consórcio Tapajós (a)	14.879	-	(14.879)	-
Usinas no Paraná	985.979	(91.719)	(209.396)	684.864
	3.477.909	(282.028)	(907.468)	2.288.413

Consolidado		Imobilizado		Valor em uso
	Custo	Depreciação	Impairment	
UHE Colíder	2.477.051	(190.309)	(683.193)	1.603.549
UEGA	701.524	(447.836)	(139.572)	114.116
Consórcio Tapajós (a)	14.879	-	(14.879)	-
Usinas no Paraná	985.979	(91.719)	(209.395)	684.865
	4.179.433	(729.864)	(1.047.039)	2.402.530

(a) Projeto em desenvolvimento

O quadro a seguir apresenta a movimentação do saldo de *impairment* no período.

Controladora	Saldo em 1º.01.2021	Impairment	Saldo em 31.03.2021
Em serviço			
UHE Colíder	(683.193)	-	(683.193)
Usinas no Paraná	(103.552)	-	(103.552)
	(786.745)	-	(786.745)
Em curso			
Consórcio Tapajós	(14.464)	(415)	(14.879)
Usinas no Paraná	(105.844)	-	(105.844)
	(120.308)	(415)	(120.723)
	(907.053)	(415)	(907.468)

Consolidado	Saldo em 1º.01.2021	Impairment	Saldo em 31.03.2021
Em serviço			
UHE Colíder	(683.193)	-	(683.193)
UEGA	(138.777)	(795)	(139.572)
Usinas no Paraná	(103.551)	-	(103.551)
	(925.521)	(795)	(926.316)
Em curso			
Consórcio Tapajós	(14.464)	(415)	(14.879)
Usinas no Paraná	(105.844)	-	(105.844)
	(120.308)	(415)	(120.723)
	(1.045.829)	(1.210)	(1.047.039)

16.5 Empreendimentos em construção

16.5.1 PCH Bela Vista

Com um investimento estimado em R\$ 220.000, o empreendimento, que tem 29,81 MW de capacidade instalada e garantia física de 18,4 MW médios, está sendo construído no Rio Chopim, nos municípios de São João e Verê, localizados no sudoeste do estado do Paraná.

A participação no leilão A-6 realizado em 31.08.2018 vendeu 14,7 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 195,70/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2024, prazo de 30 anos e reajuste anual pelo IPCA.

As obras tiveram seu início no mês de agosto de 2019, sendo que a entrada em operação das três unidades geradoras está prevista para o primeiro semestre de 2021.

16.5.2 Complexo eólico Jandaíra

Com um investimento estimado em R\$ 411.610, o empreendimento, que tem 90,1 MW de capacidade instalada e garantia física de 47,6 MW médios, está sendo construído nos municípios de Pedra Preta e Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte.

A participação no leilão de geração de energia nova A-6, realizado em 18.10.2019 vendeu 14,4 MW médios em contratos regulados ao preço original de R\$ 98,00/MWh. O contrato de venda de energia tem início de suprimento em 1º.01.2025, prazo de 20 anos e reajuste anual pelo IPCA.

Ao todo, serão instalados 26 aerogeradores divididos em quatro parques eólicos e serão construídos também, junto aos parques, uma subestação e uma linha de transmissão de 16 km para escoar a energia elétrica a ser gerada para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

De posse de todas as licenças necessárias, as obras civis tiveram início na primeira semana de janeiro de 2021, sendo que a entrada em operação do empreendimento está prevista entre maio e julho de 2022 de forma escalonada por aerogerador.

17 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Contratos de concessão/autorização de geração (17.1)	34.636	35.146	394.427	400.158
Outros intangíveis (17.2)	17.886	18.342	24.454	24.380
	52.522	53.488	418.881	424.538

17.1 Contratos de concessão de geração

Controladora	Contrato de concessão (a)	Total
	em serviço	
Em 1º.01.2021	35.146	35.146
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(510)	(510)
Em 31.03.2021	34.636	34.636

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

Consolidado	Contrato de concessão (a)	Direito de concessão e autorização	Total
	em serviço		
Em 1º.01.2021	53.443	346.715	400.158
Quotas de amortização - concessão e autorização (b)	(2.173)	(3.558)	(5.731)
Em 31.03.2021	51.270	343.157	394.427

(a) Contempla o saldo de uso do bem público e de repactuação do risco hidrológico.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

17.2 Outros intangíveis

Controladora	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2021	6.907	11.435	18.342
Aquisições	-	407	407
Capitalizações para intangível em serviço	356	(356)	-
Quotas de amortização (a)	(863)	-	(863)
Em 31.03.2021	6.400	11.486	17.886

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2021	7.164	17.216	24.380
Aquisições	-	1.091	1.091
Transferências para imobilizado	-	(135)	(135)
Capitalizações para intangível em serviço	2.836	(2.836)	-
Quotas de amortização (a)	(882)	-	(882)
Em 31.03.2021	9.118	15.336	24.454

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

18 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Obrigações sociais				
Impostos e contribuições sociais	8.332	12.504	8.516	12.787
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	8.167	8.468	8.269	8.571
	16.499	20.972	16.785	21.358
Obrigações trabalhistas				
Férias e 13º salário	28.270	28.728	28.558	29.021
Provisões por desempenho e participação nos lucros	130.379	113.575	130.379	113.575
Programa de desligamentos voluntários	983	983	983	983
Outros	-	40	-	40
	159.632	143.326	159.920	143.619
	176.131	164.298	176.705	164.977

19 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Materiais e serviços	147.480	169.475	444.177	425.909
Energia elétrica	206.921	165.309	212.515	165.309
Encargos de uso da rede elétrica	92.994	93.061	109.570	109.804
	447.395	427.845	766.262	701.022
Circulante	305.177	282.700	624.044	555.876
Não circulante	142.218	145.145	142.218	145.146

20 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado													
Contrato	Empresa	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.03.2021	31.12.2020	
BNDES													
820989.1	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	17.03.2009	179	15.01.2028	Mensal	1,63% acima da TJLP	1,63% acima da TJLP	169.500	80.967	83.934	
1120952.1		Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; receita proveniente da prestação de serviços de transmissão.	16.12.2011	168	15.04.2026	Mensal	1,82% e 1,42% acima da TJLP	1,82% e 1,42% acima da TJLP	44.723	16.922	17.756	
1220768.1		Implantação da PCH Cavernoso II.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	28.09.2012	192	15.07.2029	Mensal	1,36% acima da TJLP	1,36% acima da TJLP	73.122	40.197	41.405	
13211061		Implantação da UHE Colíder.	Cessão fiduciária de direitos creditórios.	04.12.2013	192	15.10.2031	Mensal	0% e 1,49% acima da TJLP	6,43% e 7,68%	1.041.155	730.770	748.083	
13210331		Implantação da subestação Cerquilho III.		03.12.2013	168	15.08.2028	Mensal	1,49% e 1,89% acima da TJLP	1,49% e 1,89% acima da TJLP	17.644	9.740	10.069	
15206041		Implantação de linha de transmissão Assis - Paraguaçu Paulista II.		28.12.2015	168	15.06.2030	Mensal	2,42% acima da TJLP	9,04%	34.265	19.745	20.280	
15205921		Implantação de linhas de transmissão Londrina - Figueira e Salto Osório - Foz do Chopim.		28.12.2015	168	15.12.2029	Mensal	2,32% acima da TJLP	8,93%	21.584	11.832	12.171	
18205101		Implantação da UHE Baixo Iguaçu		22.11.2018	192	15.06.2035	Mensal	1,94% acima da TJLP	8,50%	194.000	180.901	184.087	
19207901- A+B+E+F+G+H		Implantação das instalações de transmissão das linhas: SE Medianeira; SE Curitiba Centro e Curitiba Uberaba e SE Andirá Leste.		03.06.2020	279	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	206.882	160.983	158.351	
19207901- C+D+I+J		Implantação das instalações de transmissão das linhas: Linha de Transmissão Curitiba Leste - Blumenal e Baixo Iguaçu - Realeza.		03.06.2020	267	15.12.2043	Mensal	IPCA + 4,8165%	IPCA + 4,8570%	225.230	114.778	110.699	
14.2.1271.1		Santa Maria	Construção e implantação de centrais geradoras eólicas	Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.	01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	71.676	40.686	41.665
14.2.1272.1		Santa Helena		01.06.2015	192	15.08.2031	Mensal	1,66% acima da TJLP	8,26%	82.973	44.146	45.208	
11211521	GE Farol	Penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.		19.03.2012	192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	54.100	36.490	37.470	
11211531	GE Boa Vista	19.03.2012		192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	40.050	26.977	27.701		
11211541	GE S.B. do Norte	19.03.2012		192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	90.900	61.181	62.824		
11211551	GE Olho D'Água	19.03.2012		192	15.06.2030	Mensal	2,34% acima da TJLP	2,34% acima da TJLP	97.000	65.340	67.096		
18204611	Cutia	Penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios.	10.10.2018	192	15.07.2035	Mensal	2,04% acima da TJLP	8,37%	619.405	581.898	588.169		
13212221 - A	Costa Oeste	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Cascavel Oeste e Umuarama Sul e implantação da subestação Umuarama Sul.	Cessão fiduciária de direitos creditórios; 100% das ações penhoradas.	03.12.2013	168	30.11.2028	Mensal	1,95% + TJLP	1,95% + TJLP	27.634	16.506	17.046	
13212221 - B				03.12.2013	106	30.09.2023	Mensal	3,50%	3,50%	9.086	1.995	2.194	
14205851 - A	Marumbi	Implantação de linha de transmissão entre as subestações Curitiba e Curitiba Leste e implantação da subestação Curitiba Leste.		08.07.2014	168	30.06.2029	Mensal	2,00% + TJLP	2,00% + TJLP	33.460	21.380	22.029	
14205851 - B		08.07.2014		106	30.04.2024	Mensal	6,00%	6,00%	21.577	6.983	7.550		
											2.270.417	2.305.787	
Banco do Brasil Repasse BNDES													
21/02000-0	Copel GeT	Implementação da UHE Mauá.	Receita proveniente da comercialização de energia da usina.	16.04.2009	179	15.01.2028	Mensal	2,13% acima da TJLP	2,13% acima da TJLP	169.500	80.968	83.936	
											80.968	83.936	
											Dívida bruta	2.351.385	2.389.723
											(-) Custo de transação	(23.542)	(23.969)
											Dívida líquida	2.327.843	2.365.754
											Circulante	191.691	190.672
											Não circulante	2.136.152	2.175.082

20.1 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Consolidado		31.03.2021	%	31.12.2020	%
Indexadores ao final do período (%)					
TJLP	4,39	2.045.706	87,88	2.089.590	88,33
IPCA	2,05	273.159	11,73	266.420	11,26
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	8.978	0,39	9.744	0,41
		2.327.843	100,00	2.365.754	100,00
		2.327.843	100,00	2.365.754	100,00

20.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Controladora				Consolidado		
31.03.2021	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2022	95.853	(554)	95.299	143.204	(1.304)	141.900
2023	127.957	(737)	127.220	192.454	(1.732)	190.722
2024	128.140	(739)	127.401	192.427	(1.738)	190.689
2025	128.331	(738)	127.593	193.886	(1.735)	192.151
2026	126.317	(739)	125.578	194.026	(1.738)	192.288
Após 2026	711.850	(5.792)	706.058	1.241.972	(13.570)	1.228.402
	1.318.448	(9.299)	1.309.149	2.157.969	(21.817)	2.136.152

20.3 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	1.460.555	2.365.754
Encargos	20.673	35.143
Variação monetária	6.733	6.733
Amortização - principal	(30.878)	(46.149)
Pagamento - encargos	(19.314)	(33.638)
Em 31.03.2021	1.437.769	2.327.843

20.4 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2020, todos os indicadores financeiros medidos apenas anualmente foram integralmente atendidos. Em 31.03.2021, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	BNDES Finem nº 820989.1 - Mauá Banco do Brasil nº 21/02000-0 - Mauá	Ebitda / Resultado Financeiro Líquido	≥ 1,3
Santa Maria	BNDES Finem nº 14212711	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Santa Helena	BNDES Finem nº 14212721		
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D'Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		
Cutia	BNDES Finem nº 18204611	Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≥ 1,2
Costa Oeste	BNDES Finem nº 13212221	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Marumbi	BNDES Finem nº 14205851	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

Financiamento a empreendimentos - Finem

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

21 Debêntures

Consolidado													
Empresa	Emissão	Caracte- rística	Destinação	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a	Taxa efetiva de juros a.a	Valor do contrato	31.03.2021	31.12.2020
Copel GeT	3ª		Resgate antecipado total da 4ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.	Fidejussória	20.10.2017	3	20.10.2022	Semestral	126,0% da taxa DI	131,21% da taxa DI	1.000.000	673.890	669.811
	4ª				23.07.2018	3	23.07.2023	Semestral	126,0% da taxa DI	133,77% da taxa DI	1.000.000	1.004.575	1.010.625
	5ª	(b)	Reembolso de gastos da construção das Linhas de Transmissão Araraquara II - Taubaté, Assis - Londrina e Foz do Chopim.		25.09.2018	5	15.09.2025	Semestral	IPCA + 7,6475%	IPCA+ 8,3295%	290.000	323.945	322.110
	6ª (série 1)	(c)	Resgate antecipado total da 5ª emissão de notas promissórias e pagamento parcial da 2ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.		15.07.2019	2	15.07.2024	Semestral	109,0% da taxa DI	111,25% da taxa DI	800.000	803.558	807.793
	6ª (série 2)		Reembolso de gastos com os projetos UHE Colíder e UHE Baixo Iguaçu.		15.07.2019	1	15.07.2025	Semestral	IPCA + 3,90%	IPCA+ 4,46%	200.000	218.255	215.265
Brisa Potiguar	2ª (série 1)	(d)	Implantação de centrais geradoras eólicas.	Real e fidejussória e penhor de ações da Copel GeT	24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	TJLP + 2,02%	TJLP + 2,02%	147.575	107.302	109.677
	2ª (série 2)				24.03.2016	192	15.07.2032	Mensal	IPCA + 9,87%	IPCA+ 10,92%	153.258	130.758	130.449
Cutia	2ª	(b)	Construção e implantação dos Complexos Eólicos Cutia e Bento Miguel.	Fidejussória	20.03.2019	26	15.12.2031	Semestral	IPCA + 5,8813%	IPCA+ 6,83%	360.000	366.715	353.166
Dívida bruta												3.628.998	3.618.896
(-) Custo de transação												(51.021)	(54.014)
Dívida líquida												3.577.977	3.564.882
Circulante												782.660	789.445
Não circulante												2.795.317	2.775.437

(a) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(b) Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(c) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Interviente garantidora: Copel. Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

(d) Debêntures simples, duas séries, não conversíveis em ações, emissão privada. Empresas: Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus e Ventos de Santo Uriel. Interviente garantidora: Copel. Não possui agente fiduciário.

21.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.03.2021	Controladora			Consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2022	731.230	(7.007)	724.223	774.373	(8.613)	765.760
2023	797.896	(5.740)	792.156	842.350	(7.882)	834.468
2024	464.562	(3.251)	461.311	507.055	(5.412)	501.643
2025	281.134	(1.560)	279.574	331.470	(3.727)	327.743
2026	-	-	-	60.140	(2.181)	57.959
Após 2026	-	-	-	318.789	(11.045)	307.744
	2.274.822	(17.558)	2.257.264	2.834.177	(38.860)	2.795.317

21.2 Mutação das debêntures

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	2.995.538	3.564.882
Encargos e variação monetária	37.785	59.738
Amortização - principal	-	(5.230)
Pagamento - encargos	(36.696)	(41.413)
Em 31.03.2021	2.996.627	3.577.977

21.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A Copel e suas controladas emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores.

Em 31.12.2020, todos os indicadores financeiros medidos anualmente foram integralmente atendidos, exceto a controlada Ventos de Santo Uriel que não atendeu ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de 1,3. Contudo a Companhia preventivamente solicitou e recebeu, em 31.12.2020, conforme carta do BNDES, com a referência AE/DEENE2 nº 186/2020, o compromisso da instituição bancária de não declarar o vencimento antecipado da escritura de debêntures, com base no desempenho desse índice no ano de 2020.

Em 31.03.2021, todos os demais indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
Copel GeT	3ª Emissão de Debêntures	Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado Índice de cobertura do serviço da dívida (a)	≤ 3,5 ≥ 1,5
	4ª Emissão de Debêntures		
	5ª Emissão de Debêntures		
	6ª Emissão de Debêntures		
Nova Asa Branca I Nova Asa Branca II Nova Asa Branca III Nova Eurús IV Ventos de Santo Uriel	2ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
Cutia	1ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida (b)	≥ 1,2

(a) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Paranaense de Energia - Copel.

(b) indicador calculado com os valores das demonstrações financeiras consolidadas da Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.

22 Benefícios Pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II. A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos.

22.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

22.2 Plano Assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

22.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Planos previdenciários	27	153	27	153
Planos assistenciais	435.271	431.362	435.931	432.005
	435.298	431.515	435.958	432.158
Circulante	17.592	17.634	17.592	17.634
Não circulante	417.706	413.881	418.366	414.524

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Empregados				
Planos previdenciários	4.546	4.676	4.886	4.837
Plano assistencial - pós-emprego	8.308	5.930	8.325	5.942
Plano assistencial - funcionários ativos	4.329	4.480	4.378	4.517
	17.183	15.086	17.589	15.296
Administradores				
Planos previdenciários	87	54	98	54
Plano assistencial	6	4	7	4
	93	58	105	58
	17.276	15.144	17.694	15.354

22.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	431.515	432.158
Apropriação do cálculo atuarial	8.308	8.325
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	9.565	9.719
Amortizações	(14.090)	(14.244)
Em 31.03.2021	435.298	435.958

23 Encargos Setoriais a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Reserva global de reversão - RGR	7.276	8.176	12.824	12.446
Conta de desenvolvimento energético - CDE	4.389	5.701	4.390	5.701
	11.665	13.877	17.214	18.147

24 Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

A Medida Provisória nº 998 de setembro de 2020, convertida em Lei nº 14.120, em 1º.03.2021, altera a Lei nº 9.991/2000 e prevê a destinação dos recursos não utilizados de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE para a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, como medida de mitigação dos impactos econômicos provenientes da pandemia de Covid -19. O Despacho Aneel nº 904/2021 determinou os recolhimentos para a CDE a partir de abril de 2021.

24.1 Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Controladora	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.03.2021	Saldo em 31.12.2020
FNDCT	-	1.957	-	1.957	1.862
MME	-	979	-	979	931
P&D	93.019	-	31.701	124.720	121.594
	93.019	2.936	31.701	127.656	124.387
Circulante				64.650	60.712
Não circulante				63.006	63.675

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

Consolidado	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.03.2021	Saldo em 31.12.2020
FNDCT	-	3.550	-	3.550	3.601
MME	-	1.774	-	1.774	1.799
P&D	95.172	2.778	34.004	131.954	126.520
	95.172	8.102	34.004	137.278	131.920
Circulante				71.416	65.978
Não circulante				65.862	65.942

24.2 Mutações dos saldos de P&D

Controladora	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2021	1.862	931	121.594	124.387
Constituições	2.972	1.486	2.972	7.430
Juros (NE nº 32)	-	-	154	154
Recolhimentos	(2.877)	(1.438)	-	(4.315)
Em 31.03.2021	1.957	979	124.720	127.656

Consolidado	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2021	3.601	1.799	126.520	131.920
Constituições	5.262	2.629	5.263	13.154
Juros (NE nº 32)	-	-	171	171
Recolhimentos	(5.313)	(2.654)	-	(7.967)
Em 31.03.2021	3.550	1.774	131.954	137.278

25 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Controladora e Consolidado	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	31.03.2021	31.12.2020
UHE Mauá	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	5,65% a.a.	17.533	17.213
UHE Colíder	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	7,74% a.a.	25.608	25.075
UHE Baixo Iguaçu	19.07.2012	20.08.2012	01.2047	7,74% a.a.	8.015	7.841
UHE Guaricana	03.03.2020	03.03.2020	03.2025	7,74% a.a.	3.210	3.299
					54.366	53.428
					Circulante 6.796	6.673
					Não circulante 47.570	46.755

Taxa de desconto no cálculo do valor presente

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Pagamento à União

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual corrigido pelo IPCA, conforme definido no contrato de concessão.

25.1 Muta  o de contas a pagar vinculadas   concessão

Controladora e Consolidado	Total
Em 1�.01.2021	53.428
Ajuste a valor presente	(1.124)
Varia��o monetária	3.340
Pagamentos	(1.278)
Em 31.03.2021	54.366

26 Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

A Companhia reconheceu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos conforme segue:

26.1 Direito de uso de ativos

Controladora	Saldo em 1�.01.2020	Adi��es	Ajuste por remensura��o	Amortiza��o	Saldo em 31.03.2021
Imóveis	1.211	36.059	-	(89)	37.181
Veículos	23.056	-	-	(2.052)	21.004
Equipamentos	3.568	-	(61)	(254)	3.253
	27.835	36.059	(61)	(2.395)	61.438

Consolidado	Saldo em 1�.01.2020	Adi��es	Ajuste por remensura��o	Amortiza��o	Saldo em 31.03.2021
Imóveis	2.425	36.059	-	(161)	38.323
Veículos	23.056	-	-	(2.052)	21.004
Equipamentos	3.568	-	(61)	(254)	3.253
	29.049	36.059	(61)	(2.467)	62.580

26.2 Passivo de arrendamentos

26.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	29.092	30.402
Adições	36.059	36.059
Ajuste por remensuração	(61)	(61)
Encargos	481	509
Pagamento - principal	(2.308)	(2.375)
Pagamento - encargos	(480)	(508)
Em 31.03.2021	62.783	64.026

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros praticada na última captação de debêntures, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

26.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.03.2021	Controladora	Consolidado
2022	11.418	11.621
2023	10.637	10.838
2024	7.069	7.263
2025	4.058	4.225
2026	4.053	4.104
Após 2026	57.759	58.648
Valores não descontados	94.994	96.699
Juros embutidos	(42.559)	(43.196)
Saldo passivo arrendamento	52.435	53.503

26.2.3 Direito potencial de Pis/Cofins a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de Pis/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos conforme os períodos previstos para pagamento.

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa	Nominal	Valor Presente	Nominal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	110.203	62.783	112.255	64.026
Pis/Cofins potencial	10.151	5.770	10.218	5.825

26.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração e na remensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme vedação imposta pela norma.

No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

Controladora	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	62.783	74.720	19,01%
Direito de uso de ativos	61.438	72.492	17,99%
Despesa Financeira	481	510	6,03%
Despesa de amortização	2.395	2.543	6,18%

Consolidado	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	64.026	76.290	19,15%
Direito de uso de ativos	62.580	73.866	18,03%
Despesa Financeira	509	546	7,27%
Despesa de amortização	2.467	2.622	6,28%

26.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, bem como para os contratos de arrendamento de terrenos para desenvolvimento de projetos de geração de energia eólica, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE nº 31.6). O saldo de compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.03.2021
Compromissos de arrendamentos e aluguéis	7.450	31.978	162.310	201.738

26.5 Recebíveis de arrendamentos

Controladora e Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.03.2021
Compartilhamento de instalações	2.737	14.598	54.499	71.834

27 Outras Contas a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Desvio de geração - empreendimentos eólicos (NE nº 34.2.8)	-	-	82.703	94.089
Provisão Despacho Aneel nº 084/2017	30.306	29.174	30.306	29.174
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	13.365	7.292	18.233	9.282
Aquisição de investimentos	-	-	14.181	13.876
Reembolso - participação em consórcios	7.208	7.203	7.208	7.203
Cauções em garantia	2.775	2.803	2.776	2.887
Outras obrigações	4.452	8.115	23.872	26.279
	58.106	54.587	179.279	182.790
Circulante	21.185	16.890	69.339	59.372
Não circulante	36.921	37.697	109.940	123.418

28 Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão, descritos na NE nº 4.10 das demonstrações financeiras de 31.12.2020, são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

28.1 Mutação das provisões para litígios

Controladora	Resultado				Adições no ativo	Quitações	Saldo em 31.03.2021
	Saldo em 1º.01.2021	Provisões para litígios		Custo de construção			
		Adições	Reversões	Adições			
Fiscais	6.015	160	-	-	-	-	6.175
Trabalhistas	150.770	11.310	-	-	-	(6.879)	155.201
Benefícios a empregados	14.634	1.107	-	-	-	(94)	15.647
Cíveis							
Cíveis e direito administrativo	101.568	-	(17.797)	-	-	(122)	83.649
Servidões de passagem	93.201	311	-	955	58	-	94.525
Desapropriações e patrimoniais	130.656	-	(3.265)	2.067	2.174	-	131.632
Ambientais	2.464	4.253	-	-	-	-	6.717
	327.889	4.564	(21.062)	3.022	2.232	(122)	316.523
Regulatórias	30.997	8.207	-	-	-	-	39.204
	530.305	25.348	(21.062)	3.022	2.232	(7.095)	532.750

Consolidado	Resultado				Adições no ativo	Quitações	Transfe- rências/ Outros	Saldo em 31.03.2021
	Saldo em 1º.01.2021	Provisões para litígios		Custo de construção				
		Adições	Reversões	Adições				
Fiscais	30.255	164	-	-	-	-	-	30.419
Trabalhistas	151.288	11.319	-	-	-	(6.880)	-	155.727
Benefícios a empregados	14.634	1.108	-	-	-	(95)	-	15.647
Cíveis								
Cíveis e direito administrativo	101.589	1.858	(17.797)	-	-	(123)	-	85.527
Servidões de passagem	98.705	382	-	955	1.858	-	-	101.900
Desapropriações e patrimoniais	132.457	1	(3.265)	2.067	2.718	-	-	133.978
Ambientais	3.763	4.253	-	-	-	-	(1.300)	6.716
	336.514	6.494	(21.062)	3.022	4.576	(123)	(1.300)	328.121
Regulatórias	30.998	8.207	-	-	-	-	-	39.205
	563.689	27.292	(21.062)	3.022	4.576	(7.098)	(1.300)	569.119

28.2 Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

O quadro a seguir apresenta o detalhamento das provisões para litígios registradas e, adicionalmente, os valores de passivos contingentes, os quais são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, porém sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Natureza	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões		Passivo contingente		Provisões		Passivo contingente	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Fiscais									
Impostos federais	Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	459	458	195	194	483	482
IPTU	Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	-	-	30.222	28.858	-	-	30.222	28.858
ISS	Exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviços de construção civil prestado por terceiro.	-	-	32.509	31.331	-	-	76.192	73.094
Outras	Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	6.175	6.015	22.715	22.525	30.224	30.061	28.008	38.103
		6.175	6.015	85.905	83.172	30.419	30.255	134.905	140.537
Trabalhistas	Cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial, entre outras, por empregados e ex-empregados da Copel; cobranças de parcelas indenizatórias e outras, por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária).	155.201	150.770	81.961	78.019	155.727	151.288	84.204	80.327
Benefícios a empregados	Reclamatórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados contra a Fundação Copel, que causarão, consequentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.	15.647	14.634	978	3.532	15.647	14.634	978	3.532
Regulatórias									
Despacho Aneel nº 288/2002	Ações judiciais contra o Despacho Aneel nº 288/2002 envolvendo as empresas Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A.	30.997	30.997	-	-	30.998	30.998	-	-
Excludente Colíder	Discussão sobre o valor de Tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST e atualização monetária sobre valores de energia referente ao período de excludente de responsabilidade. Em decorrência da liminar judicial que excluiu o período de atraso da obra da UHE Colíder da responsabilidade pela entrega de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, a CCEE procedeu o crédito, valorado ao PLD, da energia anteriormente lastreada para cumprir os contratos de ACR. Contudo, em caso de insucesso na ação judicial, a Companhia deverá devolver os valores creditados, atualizados pelo IGPM.	-	-	241.703	216.353	-	-	241.703	216.353
Outras	Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	8.207	-	4.858	-	8.207	-	4.858	-
		39.204	30.997	246.561	216.353	39.205	30.998	246.561	216.353

(continua)

Natureza	Descrição	Controladora				Consolidado			
		Provisões		Passivo contingente		Provisões		Passivo contingente	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Cíveis									
Cíveis e direito administrativo	Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	12.444	19.423	60.680	62.188	14.321	19.443	68.281	64.266
Indenização a terceiros (cíveis)	Ações de indenização decorrentes de danos causados durante a construção de usinas	71.205	82.146	36.388	38.127	71.205	82.146	36.388	38.127
Servidões de passagem	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, entre outras); intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão.	94.525	93.201	20.317	19.850	101.900	98.705	20.317	19.850
Desapropriações e patrimoniais	Discussão entre o valor avaliado pela Copel para pagamento e o pleiteado pelo proprietário, e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula entre outras); ações de reintegrações de posse de imóveis de propriedade da concessionária; intervenção no usucapião de terceiros, na qualidade de confrontante, a fim de preservar os limites e confrontações das áreas desapropriadas.	84.544	85.881	33.016	33.115	86.890	87.682	33.490	33.568
Indenização a terceiros (Desapropriações)	Ações de desapropriação para construção de subestação de energia elétrica e para desapropriação de terreno alagado de Usina	47.088	44.775	47.534	45.196	47.088	44.775	47.534	45.196
Ambientais	Ações civis públicas e ações populares que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas utilizadas indevidamente por particulares. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Copel GeT. Contemplam também os Termos de Ajuste de Conduta - TAC, que se referem aos compromissos acordados e aprovados entre a Companhia e os órgãos competentes, pelo descumprimento de alguma condicionante concluída nas Licenças de Instalação e Operação.	6.717	2.463	186.062	177.985	6.717	3.763	186.078	178.001
		316.523	327.889	383.997	376.461	328.121	336.514	392.088	379.008
		532.750	530.305	799.402	757.537	569.119	563.689	858.736	819.757

29 Patrimônio Líquido

29.1 Capital social

Em 31.03.2021, o capital social integralizado é de R\$ 5.765.226 (R\$ 5.765.226 em 31.12.2020), composto por 5.765.226.052 ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes à Copel.

29.2 Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2021	569.958	569.958
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		
Custo atribuído do imobilizado	(19.411)	(19.411)
Tributos sobre a realização dos ajustes	6.600	6.600
Em 31.03.2021	557.147	557.147

29.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	31.03.2021	31.03.2020
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	469.373	298.284
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	5.765.226.052	5.765.226.052
Lucro líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,08141	0,05174

30 Receita Operacional Líquida

Controladora	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						31.03.2021	31.03.2020
Fornecimento de energia elétrica	65.177	(5.594)	(4.699)	(3.473)	-	51.411	142.984
Suprimento de energia elétrica	601.021	(53.725)	-	(11.263)	-	536.033	499.121
Disponibilidade da rede elétrica	263.150	(20.813)	-	(14.630)	-	227.707	144.108
Receita de construção	38.402	-	-	-	-	38.402	33.931
Outras receitas operacionais	31.100	(2.607)	-	-	(1.274)	27.219	17.735
	998.850	(82.739)	(4.699)	(29.366)	(1.274)	880.772	837.879

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos setoriais	ISSQN	Receita líquida	
						31.03.2021	31.03.2020
Fornecimento de energia elétrica	65.177	(5.594)	(4.699)	(3.473)	-	51.411	142.984
Suprimento de energia elétrica	1.356.519	(115.834)	(5.562)	(18.131)	-	1.216.992	801.286
Disponibilidade da rede elétrica	285.246	(21.488)	-	(15.221)	-	248.537	156.239
Receita de construção	40.124	-	-	-	-	40.124	34.105
Outras receitas operacionais	12.615	(2.608)	-	-	(1.274)	8.733	6.461
	1.759.681	(145.524)	(10.261)	(36.825)	(1.274)	1.565.797	1.141.075

30.1 Detalhamento da receita por tipo e/ ou classe de consumidores

Controladora	31.03.2021	31.03.2020
Fornecimento de energia elétrica	65.177	169.345
Consumidores livres	65.177	169.345
Suprimento de energia elétrica	601.021	563.140
Contratos bilaterais	418.671	395.008
Contratos regulados	142.123	134.736
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	9.432	13.196
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	30.795	20.200
Disponibilidade da rede elétrica	263.150	171.907
Receita de operação e manutenção - O&M	99.961	79.354
Receita de juros efetivos	163.189	92.553
Receita de construção (a)	38.402	33.931
Outras receitas operacionais	31.100	20.344
Arrendamentos e aluguéis (30.2)	95	307
Renda da prestação de serviços	30.585	20.037
Outras receitas	420	-
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	998.850	958.667
(-) Pis/Pasep e Cofins	(82.739)	(85.104)
(-) ICMS	(4.699)	(7.206)
(-) ISSQN	(1.274)	(738)
(-) Encargos setoriais (30.3)	(29.366)	(27.740)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	880.772	837.879

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 9.

Consolidado	31.03.2021	31.03.2020
Fornecimento de energia elétrica	65.177	169.345
Consumidores livres	65.177	169.345
Suprimento de energia elétrica	1.356.519	894.844
Contratos bilaterais	619.976	455.305
Contratos regulados	265.759	228.218
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	439.989	191.121
Juros efetivos - bonificação de outorga (NE nº 8.1)	30.795	20.200
Disponibilidade da rede elétrica	285.246	185.189
Receita de operação e manutenção - O&M	93.298	88.761
Receita de juros efetivos	191.948	96.428
Receita de construção (a)	40.124	34.105
Outras receitas operacionais	12.615	9.070
Arrendamentos e aluguéis (30.2)	106	307
Renda da prestação de serviços	12.089	8.763
Outras receitas	420	-
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.759.681	1.292.553
(-) Pis/Pasep e Cofins	(145.524)	(107.429)
(-) ICMS	(10.261)	(12.675)
(-) ISSQN	(1.274)	(738)
(-) Encargos setoriais (30.3)	(36.825)	(30.636)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.565.797	1.141.075

(a) No saldo está contido o valor da receita de construção, a margem de construção e o ganho ou perda por eficiência conforme detalhado na NE nº 9.

30.2 Arrendamentos e aluguéis

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Compartilhamento de instalações	81	267	81	267
Imóveis	14	40	25	40
	95	307	106	307

30.3 Encargos setoriais

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Conta de desenvolvimento energético - CDE	8.811	6.296	8.811	6.297
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D	7.430	7.736	13.154	9.894
Quota para reserva global de reversão - RGR	13.125	13.708	14.860	14.445
	29.366	27.740	36.825	30.636

31 Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.03.2021
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(30.162)	-	-	-	(30.162)
Encargos de uso da rede elétrica	(71.425)	-	-	-	(71.425)
Pessoal e administradores (31.2)	(55.093)	-	(28.011)	-	(83.104)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(11.021)	-	(6.255)	-	(17.276)
Material	(2.216)	-	(606)	-	(2.822)
Serviços de terceiros (31.3)	(12.712)	-	(11.290)	-	(24.002)
Depreciação e amortização	(72.784)	-	(2.486)	(3.558)	(78.828)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	2.189	(2.305)	-	(5.725)	(5.841)
Custo de construção (31.5)	(37.494)	-	-	-	(37.494)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(37.921)	258	(8.934)	(610)	(47.207)
	(328.639)	(2.047)	(57.582)	(9.893)	(398.161)

Controladora	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.03.2020
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(16.097)	-	-	-	(16.097)
Encargos de uso da rede elétrica	(89.440)	-	-	-	(89.440)
Pessoal e administradores (31.2)	(54.834)	-	(23.210)	-	(78.044)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(10.357)	-	(4.787)	-	(15.144)
Material	(2.212)	-	280	-	(1.932)
Serviços de terceiros (31.3)	(19.006)	-	(8.566)	-	(27.572)
Depreciação e amortização	(84.248)	-	(2.902)	(3.558)	(90.708)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	18.353	(2.641)	-	(17.409)	(1.697)
Custo de construção (31.5)	(32.644)	-	-	-	(32.644)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(27.022)	52	(7.539)	(3.638)	(38.147)
	(317.507)	(2.589)	(46.724)	(24.605)	(391.425)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.03.2021
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(49.908)	-	-	-	(49.908)
Encargos de uso da rede elétrica	(114.241)	-	-	-	(114.241)
Pessoal e administradores (31.2)	(55.093)	-	(33.122)	-	(88.215)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(11.021)	-	(6.673)	-	(17.694)
Material	(2.448)	-	(800)	-	(3.248)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(326.375)	-	-	-	(326.375)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros (31.3)	(34.723)	-	(12.417)	-	(47.140)
Depreciação e amortização	(131.404)	-	(2.586)	(3.558)	(137.548)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	1.394	(2.127)	-	(7.670)	(8.403)
Custo de construção (31.5)	(39.216)	-	-	-	(39.216)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(49.616)	255	(11.035)	(2.120)	(62.516)
	(812.651)	(1.872)	(66.633)	(13.348)	(894.504)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.03.2020
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(16.199)	-	-	-	(16.199)
Encargos de uso da rede elétrica	(112.736)	-	-	-	(112.736)
Pessoal e administradores (31.2)	(54.834)	-	(26.026)	-	(80.860)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 22.3)	(10.357)	-	(4.997)	-	(15.354)
Material	(3.068)	-	270	-	(2.798)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(133.443)	-	-	-	(133.443)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros (31.3)	(25.508)	-	(9.891)	-	(35.399)
Depreciação e amortização	(135.995)	-	(3.008)	(3.558)	(142.561)
Perdas estimadas, provisões e reversões (31.4)	(40.124)	(2.654)	-	(17.621)	(60.399)
Custo de construção (31.5)	(32.644)	-	-	-	(32.644)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (31.6)	(31.083)	52	(8.323)	(4.898)	(44.252)
	(595.991)	(2.602)	(51.975)	(26.077)	(676.645)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	7.290	10.921	7.435	10.998
Contratos bilaterais	23.589	4.214	44.502	4.239
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	1.446	1.337	1.446	1.337
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(2.163)	(375)	(3.475)	(375)
	30.162	16.097	49.908	16.199

31.2 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Pessoal				
Remunerações	44.089	46.391	47.329	48.004
Encargos sociais	15.089	16.678	16.204	17.265
Auxílio alimentação e educação	6.258	6.454	6.370	6.533
	65.436	69.523	69.903	71.802
Administradores				
Honorários	668	466	1.189	911
Encargos sociais	187	130	310	222
Outros gastos	9	3	9	3
	864	599	1.508	1.136
Provisões por desempenho e participação nos lucros de empregados e administradores	16.804	7.922	16.804	7.922
	83.104	78.044	88.215	80.860

31.3 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Manutenção de instalações	9.835	10.726	12.306	11.946
Manutenção do sistema elétrico	3.911	4.247	20.785	5.891
Comunicação, processamento e transmissão de dados	3.499	3.735	3.709	4.071
Consultoria e auditoria	1.276	1.944	1.895	2.733
Outros serviços	5.481	6.920	8.445	10.758
	24.002	27.572	47.140	35.399

31.4 Perdas de crédito, provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Provisão para litígios	4.286	19.782	6.230	19.994
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos - <i>Impairment</i>				
Contrato de concessão de geração de energia elétrica	(2.604)	-	(2.604)	-
Imobilizado	415	(18.353)	1.210	32.155
Perdas de créditos esperadas (Clientes e Outros créditos)	2.304	2.641	2.127	2.654
Perdas estimadas em créditos tributários	1.440	(2.373)	1.440	(2.373)
Provisão para perdas em participações societárias	-	-	-	7.969
	5.841	1.697	8.403	60.399

31.5 Custo de construção

Consolidado	31.03.2021	31.03.2020
Material	23.325	14.786
Serviços de terceiros	15.280	12.186
Pessoal	4.601	2.941
Outros (a)	(3.990)	2.731
	39.216	32.644

(a) No saldo está contido o valor de reversão de provisões para litígios, no total de R\$ 6.921.

31.6 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	20.362	12.602	27.182	13.100
Indenizações	16.108	3.345	16.132	3.345
Tributos	5.230	6.512	5.825	7.200
Seguros	3.200	2.644	5.292	4.683
Taxa de fiscalização da Aneel	2.526	2.565	4.184	3.642
Arrendamentos e aluguéis	952	962	3.647	2.866
Comunicação corporativa				
Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná - AERP	623	841	613	841
Patrocínio	5	51	5	51
Publicidade	5	5	5	5
Outras receitas, custos e despesas, líquidos (a)	(1.804)	8.620	(369)	8.519
	47.207	38.147	62.516	44.252

(a) No saldo de 2021 estão contidas receitas com valor novo de reposição - VNR de usinas da Copel GeT.

32 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Receitas financeiras				
Valor justo dos derivativos - contrato a termo (NE nº 34.2.3 - a)	3.899	24.607	3.899	24.607
Renda de aplicações financeiras	2.960	5.875	7.708	11.227
Juros sobre liquidações na CCEE	3.539	5.826	5.434	6.083
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.1)	1.243	782	1.242	782
Acréscimos moratórios sobre faturas	936	457	980	477
Atualização de depósitos judiciais	226	992	247	1.166
(-) Pis e Cofins	(512)	(694)	(623)	(698)
Outras receitas financeiras	3.342	1.796	5.315	1.883
	15.633	39.641	24.202	45.527
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	65.045	76.152	101.634	109.681
Variação monetária e ajuste a valor presente sobre contas a pagar vinculadas à concessão (NE nº 25.1)	3.458	2.393	3.458	2.393
Juros sobre P&D (NE nº 24.2)	153	582	171	594
Outras despesas financeiras	7.704	4.865	9.893	5.045
	76.360	83.992	115.156	117.713
Líquido	(60.727)	(44.351)	(90.954)	(72.186)

33 Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são as atividades de negócios que geram receitas e incorrem em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelas diretorias executivas da Controladora e das controladas, principais tomadoras de decisões estratégicas, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho.

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua nos segmentos reportáveis identificados pela diretoria, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exigem diferentes tecnologias e estratégias.

Até 31.03.2021, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro, bem como todos os ativos não correntes estão localizados em território nacional. Não foi identificado cliente da Companhia ou de suas controladas que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total registrada até 31.03.2021.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis. As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas descritas na NE nº 4, das demonstrações financeiras de 31.12.2020.

33.2 Segmentos reportáveis da Companhia

De acordo com o CPC 22 / IFRS 8, os segmentos reportáveis da Companhia são:

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica (**GER**), e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia (**TRA**); para os gestores, os ativos e passivos dos segmentos de geração e de transmissão de energia são apresentados de forma agregada, conforme apresentado no Balanço Patrimonial, e o resultado é apresentado de forma segregada.

33.3 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GER	TRA	Operações inter-segmento	Consolidado
31.03.2021				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.271.454	300.980	(6.637)	1.565.797
Receita operacional líquida com terceiros	1.271.454	294.343	-	1.565.797
Receita operacional líquida entre segmentos	-	6.637	(6.637)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(802.592)	(98.549)	6.637	(894.504)
Energia elétrica comprada para revenda	(49.908)	-	-	(49.908)
Encargos de uso da rede elétrica	(120.878)	-	6.637	(114.241)
Pessoal e administradores	(55.160)	(33.055)	-	(88.215)
Planos previdenciário e assistencial	(10.820)	(6.874)	-	(17.694)
Material	(2.125)	(1.123)	-	(3.248)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(326.375)	-	-	(326.375)
Serviços de terceiros	(39.789)	(7.351)	-	(47.140)
Depreciação e amortização	(134.771)	(2.777)	-	(137.548)
Provisão para litígios	(4.515)	(1.715)	-	(6.230)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	1.394	-	-	1.394
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(1.925)	(1.642)	-	(3.567)
Custo de construção	-	(39.216)	-	(39.216)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(57.720)	(4.796)	-	(62.516)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	3.133	83.064	-	86.197
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	471.995	285.495	-	757.490
Receitas financeiras	20.521	3.681	-	24.202
Despesas financeiras	(87.338)	(27.818)	-	(115.156)
LUCRO OPERACIONAL	405.178	261.358	-	666.536
Imposto de renda e contribuição social	(136.130)	(51.875)	-	(188.005)
LUCRO DO PERÍODO	269.048	209.483	-	478.531

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	GER	TRA	Operações inter-segmento	Consolidado
31.03.2020				
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	947.996	193.832	(753)	1.141.075
Receita operacional líquida com terceiros	947.996	193.079	-	1.141.075
Receita operacional líquida entre segmentos	-	753	(753)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(585.844)	(91.554)	753	(676.645)
Energia elétrica comprada para revenda	(16.199)	-	-	(16.199)
Encargos de uso da rede elétrica	(113.489)	-	753	(112.736)
Pessoal e administradores	(49.868)	(30.992)	-	(80.860)
Planos previdenciário e assistencial	(9.379)	(5.975)	-	(15.354)
Material	(1.865)	(933)	-	(2.798)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(133.443)	-	-	(133.443)
Serviços de terceiros	(29.082)	(6.317)	-	(35.399)
Depreciação e amortização	(139.970)	(2.591)	-	(142.561)
Provisão para litígios	(12.762)	(7.232)	-	(19.994)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos	(32.155)	-	-	(32.155)
Outras perdas de créditos, provisões e reversões	(8.071)	(179)	-	(8.250)
Custo de construção	-	(32.644)	-	(32.644)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(39.561)	(4.691)	-	(44.252)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	3.072	21.406	-	24.478
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	365.224	123.684	-	488.908
Receitas financeiras	33.547	11.980	-	45.527
Despesas financeiras	(93.414)	(24.299)	-	(117.713)
LUCRO OPERACIONAL	305.357	111.365	-	416.722
Imposto de renda e contribuição social	(112.340)	(27.079)	-	(139.419)
LUCRO DO PERÍODO	193.017	84.286	-	277.303

34 Instrumentos Financeiros

34.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE	Nível	31.03.2021		31.12.2020	
	nº		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	622.471	622.471	763.501	763.501
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	101.202	101.202	110.615	110.615
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	8.3	3	85.722	85.722	81.202	81.202
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (e)	10	3	27.207	27.207	23.308	23.308
			836.602	836.602	978.626	978.626
Custo amortizado						
Clientes (a)	7		375.032	375.032	364.742	364.742
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	8.1		684.040	777.086	671.204	763.070
			1.059.072	1.152.118	1.035.946	1.127.812
Total dos ativos financeiros			1.895.674	1.988.720	2.014.572	2.106.438
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	19		447.395	447.395	427.845	427.845
Empréstimos e financiamentos (f)	20		1.447.803	1.376.688	1.470.771	1.346.096
Debêntures (g)	21		3.024.223	3.024.223	3.025.604	3.025.604
Contas a pagar vinculadas à concessão (h)	25		54.366	48.346	53.428	47.481
			4.973.787	4.896.652	4.977.648	4.847.026
Total dos passivos financeiros			4.973.787	4.896.652	4.977.648	4.847.026

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Consolidado	NE nº	Nível	31.03.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	5	1	1.565.793	1.565.793	1.509.740	1.509.740
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	293.775	293.775	289.480	289.480
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (c)	8.3	3	85.722	85.722	81.202	81.202
Valor justos dos derivativos - contrato a termo (e)	10	3	27.207	27.207	23.308	23.308
			1.972.497	1.972.497	1.903.730	1.903.730
Custo amortizado						
Clientes (a)	7		833.425	833.425	853.442	853.442
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (d)	8.1		684.040	777.086	671.204	763.070
			1.517.465	1.610.511	1.524.646	1.616.512
Total dos ativos financeiros			3.489.962	3.583.008	3.428.376	3.520.242
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Mútuo (a)	13.1		27.348	27.348	33.575	33.575
Fornecedores (a)	19		766.262	766.262	701.022	701.022
Empréstimos e financiamentos (f)	20		2.351.385	2.230.245	2.389.723	2.179.626
Debêntures (g)	21		3.628.998	3.628.998	3.618.896	3.618.896
Contas a pagar vinculadas à concessão (h)	25		54.366	48.346	53.428	47.481
			6.828.359	6.701.199	6.796.644	6.580.600
Total dos passivos financeiros			6.828.359	6.701.199	6.796.644	6.580.600

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Os ativos têm valores justos similares aos valores contábeis, conforme NE nº 4.3 das demonstrações financeiras de 31.12.2020.
- Créditos a receber relacionados ao contrato de concessão de prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas, tendo seu valor justo calculado pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa estipulada no edital do leilão nº 12/2015 Aneel (9,04%).
- O valor justo dos ativos e passivos equivale ao seu valor contábil conforme NE nº 4.14 das demonstrações financeiras de 31.12.2020.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 135% do CDI, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.
- Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.03.2021, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar.

- h) Utilizada a taxa de desconto real e líquida, de 8,64% a.a., compatível com a taxa estimada pela Companhia para projetos de longo prazo.

34.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

34.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa (a)	622.471	763.501	1.565.793	1.509.740
Títulos e valores mobiliários (a)	101.202	110.615	293.775	289.480
Clientes (b)	375.032	364.742	833.425	853.442
Contas a receber vinculadas à concessão - bonificação de outorga (c)	684.040	671.204	684.040	671.204
Contas a receber vinculadas à concessão de geração (d)	85.722	81.202	85.722	81.202
	1.868.467	1.991.264	3.462.755	3.405.068

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia e suas controladas. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando os consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.
- c) A Administração considera reduzido o risco desse crédito, visto que o contrato celebrado de venda da energia por cotas garante o recebimento de Receita Anual de Geração - RAG, que inclui a amortização anual desse valor durante o prazo da concessão.
- d) Para os ativos de concessão de geração, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 596/2013, que trata da definição de critérios para cálculo do VNR, para fins de indenização. A expectativa da Administração sobre a indenização destes ativos indica a recuperabilidade dos saldos registrados.

34.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

As tabelas a seguir demonstram valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos seguintes. A partir de 2025, repetem-se os indicadores de 2024 até o horizonte da projeção.

Controladora	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.03.2021							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 20	16.907	36.984	165.499	780.734	1.154.366	2.154.490
Debêntures	NE nº 21	8.184	-	854.434	2.605.842	-	3.468.460
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	432	864	3.953	22.162	136.986	164.397
Fornecedores	-	166.080	194.088	21.224	66.003	-	447.395
		191.603	231.936	1.045.110	3.474.741	1.291.352	6.234.742

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Consolidado	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.03.2021							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 20	27.426	59.622	270.762	1.262.026	1.810.461	3.430.297
Debêntures	NE nº 21	11.850	24.999	905.490	2.946.133	573.890	4.462.362
Contas a pagar vinculadas à concessão	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	432	864	3.953	22.162	136.986	164.397
Fornecedores	-	337.804	340.877	21.578	66.003	-	766.262
Mútuo	NE nº 13	27.384	-	-	-	-	27.384
		404.896	426.362	1.201.783	4.296.324	2.521.337	8.850.702

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 20.4 e 21.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

Em 31.03.2021, a Copel GeT apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 330.975 no balanço da Controladora (R\$ 568.410 em 31.12.2020). No balanço consolidado o capital circulante líquido foi positivo. A Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, destacando-se: adequação do programa de investimentos da Companhia, manutenção das ações de redução de custos e alongamento da dívida, já previsto pela Administração.

34.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco cambial - euro**

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio com reflexos no valor justo das operações com instrumentos financeiros derivativos de compra a termo de moeda sem entrega física (NDF - *Non Deliverable Forward*). Estes derivativos foram contratados tendo em vista que nos contratos de fornecimento dos aerogeradores das empresas do complexo eólico Jandaíra, controladas pela Copel GeT, estão previstas parcelas de desembolso em Euro. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos no resultado da Companhia.

Baseado nos valores nocionais de 15,5 milhões de euros, em aberto na data destas demonstrações financeiras intermediárias, o valor justo foi estimado pela diferença entre os valores contratados nos respectivos termos e as cotações futuras da moeda (taxas referenciais da B3), trazidos a valor presente pela taxa pré na mesma data. O saldo ativo registrado está apresentado na NE nº 10.

Análise de sensibilidade sobre as operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da exposição à variação da cotação do Euro (€).

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável consideraram-se os saldos atualizados com as cotações futuras da moeda (taxas referenciais da B3 em 29.04.2021) trazidos a valor presente pela taxa pré. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram a elevação ou queda de 25% e 50% nas cotações futuras aplicadas sobre o cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico:

Controladora e Consolidado	Variação na taxa cambial	Base 31.03.2021	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) em operações com instrumentos financeiros derivativos	Elevação	27.207	25.233	50.414	75.596
	Queda	27.207	25.233	51	(25.131)

b) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras intermediárias estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras intermediárias e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 5,50%, IPCA - 5,01%, IGP-DI - 13,17%, IGP-M - 13,15% e TJLP - 6,01%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2021 do Relatório Focus do Bacen de 23.04.2021, exceto o IGP-DI e a TJLP, que consideram a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Controladora		Base	Cenários projetados		
Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	31.03.2021	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	101.202	3.772	2.833	1.892
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	684.040	25.545	19.188	12.812
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	85.722	-	-	-
		870.964	29.317	22.021	14.704
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(1.091.074)	(48.820)	(60.915)	(72.969)
BNDES	Alta IPCA	(275.761)	(10.298)	(12.853)	(15.401)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(80.968)	(3.623)	(4.520)	(5.415)
Debêntures	Alta CDI/Selic	(2.482.023)	(101.695)	(126.910)	(152.043)
Debêntures	Alta IPCA	(542.200)	(20.248)	(25.272)	(30.281)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(54.366)	(2.030)	(2.534)	(3.036)
		4.526.392	186.714	233.004	279.145

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

Consolidado		Base	Cenários projetados		
Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	31.03.2021	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	293.775	10.949	8.224	5.492
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	684.040	25.545	19.188	12.812
Contas a receber vinculadas à concessão de geração	Indefinido (a)	85.722	-	-	-
		1.063.537	36.494	27.412	18.304
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
BNDES	Alta TJLP	(1.985.678)	(88.848)	(110.861)	(132.798)
BNDES	Alta IPCA	(275.761)	(10.298)	(12.853)	(15.401)
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	(80.968)	(3.623)	(4.520)	(5.415)
Outros	Sem Risco	(8.978)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(2.482.023)	(101.695)	(126.910)	(152.043)
Debêntures	Alta IPCA	(1.039.673)	(38.826)	(48.460)	(58.065)
Debêntures	Alta TJLP	(107.302)	(4.801)	(5.991)	(7.176)
Mútuo	Alta CDI	(27.348)	(1.121)	(1.398)	(1.675)
Contas a pagar vinculadas à concessão	Alta IPCA	(54.366)	(2.030)	(2.534)	(3.036)
		6.062.097	251.242	313.527	375.609

(a) Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

34.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Aproximadamente 64% da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

No ano de 2020 a região Sul sofreu uma severa crise hidrológica, o que demandou das regiões Sudeste e Centro-Oeste um envio significativo de energia para ajudar no atendimento energético do Sul. A situação se reverteu no início de 2021 com o aumento das vazões na região, o que mitiga o risco de escassez de energia no sistema.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem mantido os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança, nas projeções de curto prazo, mediante autorização de despacho de geração térmica fora da ordem de mérito de custo pelo ONS, que por sua vez vem despachando os montantes necessários à uma operação segura ao Sistema Interligado Nacional

Embora os estoques nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos responsáveis pelo planejamento da operação do sistema, quando combinados com outras variáveis, como vazões afluentes, geração eólica e solar, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%) em todos os subsistemas.

34.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas afliências registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos, abordagem atualmente adotada pela Companhia.

Para os contratos no ACR, a Lei nº 13.203/2015 permitiu aos geradores contratarem seguro da carga, mediante pagamento de um prêmio de risco. A Copel adotou esta abordagem para proteção dos contratos vinculados a energia produzida pelas UHEs Mauá, Baixo Iguaçu, Colíder e PCH Cavernoso II.

34.2.6 Risco de não prorrogação das concessões de geração e transmissão

A prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, alcançadas pela Lei nº 9.074/1995, era disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, a qual foi alterada pela Lei nº 14.052/2020, quanto ao prazo para solicitação de prorrogação de concessões.

De acordo com a nova lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica e empreendimentos de transmissão de energia elétrica, e de 24 meses, para as usinas de geração termelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG – Receita Anual de Geração) e transmissão (RAP – Receita Anual Permitida).

As concessões de geração de energia hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos. As concessões de geração de energia termelétrica têm o prazo de prorrogação limitado a 20 anos.

Em 2019 foi publicado o Decreto nº 10.135/2019 que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 18 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

A Copel possui 5 usinas com o vencimento da concessão nos próximos 5 anos.

Para a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1676 MW), que terá sua concessão vencida em 2023, a Companhia não manifestou interesse pela prorrogação da concessão tendo em vista que estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado seria desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu vencimento. Em 03.03.2020, a Copel GeT transferiu a concessão da UHE GBM para a subsidiária F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. com o objetivo de, caso os estudos realizados pela Copel GeT apontem para a vantagem da operação, alienar o controle desta concessionária e, desta forma, possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos.

Com relação à UHE São Jorge, cuja concessão vence em 2024, a Copel não manifestou interesse na renovação e pretende, ao final da concessão, solicitar à Aneel a conversão da outorga em registro.

Em relação a concessão da UTE Figueira, vencida em março de 2019, a Companhia aguarda a conclusão do processo, que se encontra em trâmite na Aneel e no MME, para celebração de eventual Termo Aditivo. A usina encontra-se em processo de modernização e terá como benefícios diretos a melhora na eficiência energética e a redução das emissões de poluentes na atmosfera, em comparação a antiga planta.

Conforme a nova lei, a Companhia poderá se manifestar sobre a intenção em prorrogar a concessão da UHE Apucarantina até outubro de 2022 e das UHEs Guaricana e Chaminé até agosto de 2023. Caso a Companhia não manifeste interesse pela prorrogação no atual regime, as concessões, ao seu termo, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente.

A Copel GeT não tem nenhuma concessão de transmissão a vencer nos próximos dez anos.

34.2.7 Risco quanto à escassez de gás

O mercado de gás natural no Paraná é composto pelos consumidores da Compagás (mercado não termelétrico), controlada da Copel, e pela Usina Termelétrica de Araucária (UEG Araucária). Este mercado atualmente é suprido por contratos com a Petrobras que utiliza a infraestrutura de transporte do gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). A UEG Araucária negocia contratos de gás natural de curta duração por não ter energia elétrica gerada contratada no ambiente regulado.

Na atual conjuntura do setor de gás natural no Brasil, tem-se o programa Novo Mercado de Gás coordenado pelo Ministério de Minas e Energia em conjunto com a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério da Economia, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Agência Nacional do Petróleo e a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, cuja finalidade é a abertura do mercado de gás natural de forma a torná-lo dinâmico, competitivo, integrado com o setor elétrico e industrial, com uma regulação aperfeiçoada.

No âmbito do Novo Mercado de Gás, a oferta de gás natural já demonstra crescimento e diversificação, tendo-se como alternativas a importação de gás da Bolívia, importação de gás natural liquefeito (GNL) que possui grande oferta mundial, utilização de gás natural explorado em bacias *onshore* e maior aproveitamento de gás natural do pré-sal o qual possui grandes volumes a serem explorados.

Em relação à malha de transporte, as mudanças na regulação para possibilitar o acesso de novos agentes, as chamadas públicas oportunamente realizadas pela TBG (transportador do Gasbol) que tem como finalidade o estabelecimento de regime de contratação de capacidade no gasoduto e o Plano Indicativo de Gasodutos (PIG) coordenado pela EPE, dão uma visão de melhor estruturação do setor e planejamento adequado para atendimento às demandas atuais e futuras, ainda que para estas últimas sejam necessários investimentos.

Adicionalmente, foi sancionada a nova lei do gás, Lei nº 14.134/2021, que substitui a Lei nº 11.909/2009, representando mais um passo importante na abertura do mercado de gás brasileiro, de forma a torná-lo mais competitivo e com maior potencial de expansão, tendo em vista que traz mais celeridade aos processos de autorização, implantação e ampliação de novos empreendimentos, bem como possibilidade de acesso de terceiros às infraestruturas existentes.

Uma eventual escassez no fornecimento de gás poderia impactar na Companhia, considerando que a UEG Araucária provavelmente seria mantida fora de operação. No entanto, considera-se baixo este risco tendo em vista a conjuntura do Novo Mercado de Gás e a promulgação da Lei nº 14.134/2021.

34.2.8 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica estão sujeitos às cláusulas de performance, as quais preveem uma geração mínima anual e quadrienal da garantia física comprometida no leilão. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento. O não atendimento do que está disposto no contrato pode comprometer receitas futuras da Companhia. O saldo consolidado registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 27.

34.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

34.3.1 Endividamento em relação ao patrimônio líquido:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Empréstimos e financiamentos	1.447.803	1.470.771	2.351.385	2.389.723
Debêntures	3.024.223	3.025.604	3.628.998	3.618.896
(-) Caixa e equivalentes de caixa	622.471	763.501	1.565.793	1.509.740
(-) Títulos e valores mobiliários	101.202	110.615	293.775	289.480
Dívida líquida	3.748.353	3.622.259	4.120.815	4.209.399
Patrimônio líquido	11.202.108	10.732.735	11.304.406	10.825.875
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,33	0,34	0,36	0,39

35 Transações com Partes Relacionadas

Consolidado	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
Parte Relacionada / Natureza da operação	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.03.2020	31.03.2021	31.03.2020
Controladores								
Estado do Paraná - Empregados cedidos (a)	94	58	-	-	-	-	-	-
Companhia Paranaense de Energia								
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	489.108	769.108	-	-	-	-
Contratos de Mútuo (NE nº 13)	-	-	27.348	33.575	-	-	(168)	(23)
Entidades com influência significativa (b)								
BNDDES e BNDESPAR - Financiamentos (NE nº 20)	-	-	2.246.875	2.281.818	-	-	(40.537)	(36.995)
Debêntures (NE nº 21) (c)	-	-	237.204	239.249	-	-	(7.785)	(6.751)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia elétrica	4.439	4.584	-	-	10.442	10.497	-	-
Rede básica e de conexão	31.659	29.124	-	-	92.238	69.012	-	-
Sistema de distribuição	-	-	611	612	-	-	(1.182)	(1.283)
Consumo de energia	-	-	80	89	-	-	(1.121)	(1.037)
Copel Telecomunicações S.A.								
Serviços de telecomunicações	-	-	254	568	-	-	(1.448)	(1.791)
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	197.838	119.803	-	-	585.125	338.750	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	18.441	5.186	-	-	(40.902)	(24)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (d)	953	927	-	-	2.875	3.486	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto								
Caiuá Transmissora de Energia - Dividendos	4.443	4.443	-	-	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção (e)	260	260	-	-	781	764	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	9	9	-	-	(38)	(43)
Integração Maranhense Transmissora - Dividendos	3.806	3.806	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	38	38	-	-	(166)	(194)
Matrinchã Transmissora de Energia - Dividendos	31.375	34.460	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	217	237	-	-	(992)	(1.018)
Guaraciaba Transmissora de Energia - Dividendos	14.607	16.281	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	104	105	-	-	(452)	(502)
Paranaíba Transmissora de Energia - Dividendos	6.897	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	155	156	-	-	(673)	(769)
Cantareira Transmissora de Energia - Dividendos	6.547	6.547	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	112	113	-	-	(485)	(567)
Mata de Santa Genebra Transmissora								
Prestação de serviços e compartilhamento de estruturas(f)	3.282	4.034	-	-	4.443	4.465	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	206	223	-	-	(910)	(51)
Coligadas								
Dona Francisca Energética S.A. (g)	12	13	1.386	1.436	37	41	(4.079)	(4.214)
Foz do Chopim Energética Ltda. (h)	222	214	-	-	641	527	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.2)	-	-	-	-	-	-	(1.508)	(1.136)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22.3)	-	-	-	-	-	-	(105)	(58)
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	36.059	-	-	-	(1.193)	(119)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 22.3)	-	-	435.958	432.158	-	-	-	-
Lactec (i)	-	-	1.465	1.825	-	-	(795)	(381)
Companhia de Saneamento do Paraná (j)								
Água tratada, coleta e tratamento de esgoto	-	-	493	582	-	-	(1.466)	(1.373)
Utilização de água retirada de reservatórios de usinas	237	-	-	-	237	-	-	-
Simepar (k)	-	-	861	571	-	-	(1.951)	(1.411)
Celepar (l)	-	-	1	2	-	-	(2)	(31)

- a) Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de Perdas de crédito esperadas.
- b) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, que possui ações da Copel.
- c) O BNDES e a BNDESPAR adquiriram o total das debêntures emitidas pelas controladas Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV e Ventos de Santo Uriel (NE nº 21).
- d) Contrato de operação e manutenção do CEFSC - Complexo Energético Fundação Santa Clara, com vencimento em 1º.10.2021, firmado entre a Copel GeT e a Elejor.

- e) Contrato firmado entre a Copel GeT e a Caiuá Transmissora de Energia, com vencimento em 09.05.2021.
- f) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 1º.02.2023, prestação de serviços de engenharia do proprietário, assessoria e consultoria, encerrados em novembro de 2020, e compartilhamento de instalações com vencimento em 1º.01.2043.
- g) Contratos de conexão ao sistema de transmissão firmados pela Copel GeT e suas subsidiárias, com vencimentos a partir de 17.08.2031 até 21.07.2048. Contrato de compra e venda de energia realizado pela Copel GeT, com vencimento em 31.03.2025.
- h) Contratos firmados pela Copel GeT: operação e manutenção, com vencimento em 23.05.2025, e conexão ao sistema de transmissão, com vencimento em 1º.01.2043.
- i) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel GeT e UEGA, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.
- j) Entidade de economia mista controlada pelo Estado do Paraná.
- k) O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Companhia de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampicidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- l) Contratos de prestação de serviços firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Paraná - Celepar (sociedade de economia mista, integrante da administração indireta do Governo do Estado)

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Copel GeT têm contratos de compra e venda de energia de curto e longo prazo firmado com partes relacionadas, realizados de acordo com os critérios e definições do ambiente regulado. Nas operações entre a Copel GeT e suas subsidiárias, tanto os saldos das transações existentes em 31.03.2021 quanto os saldos dos compromissos são eliminados entre si quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Adicionalmente, a Copel GeT e suas controladas possuem contratos com a Copel Comercialização que totalizam R\$ 193.746 em compromissos de compra (R\$ 44.896 em 31.12.2020) e R\$ 6.106.444 (R\$ 6.080.358 em 31.12.2020) em compromissos de venda de energia.

35.1 Avais e garantias concedidos às partes relacionadas

Os avais e garantias concedidos pela Copel GeT na emissão de financiamentos, de debêntures e de

contratos de seguros dos empreendimentos controlados em conjunto são informados a seguir:

Empresa	Operação	Data da emissão	Vencimento final	Valor aprovado	Saldo 31.03.2021	% participação	Valor aval/fiança
Caiuá Transmissora	Financiamento	23.12.2013	15.02.2029	84.600	48.433	49,0	5.956
							5.956

Instrumento de garantia com valor fixo, conforme previsão contratual e manifestação formal da instituição financeira.

Instituição financeira financiadora: BNDES

Destinação: programa de investimentos

Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	Término da vigência	Importância segurada	% aval Copel GeT	Valor do aval
Empresa				
Mata de Santa Genebra	28.02.2022	78.300	50,1	39.228
				39.228

36 Compromissos

Os principais compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nestas demonstrações financeiras intermediárias, estão demonstrados a seguir:

Consolidado	31.03.2021	31.12.2020
Contratos de compra e transporte de energia	9.673.367	7.008.572
Aquisição de ativo imobilizado		
Construção de linhas de transmissão e subestações	6.771	115.732
Construção das usinas do empreendimento eólico Jandaíra	321.926	-
Construção da PCH Bela Vista	13.098	111.481

37 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Consolidado	Término da vigência	Importância segurada
Apólice		
Riscos Operacionais - UHE Baixo Iguaçu	30.05.2021	2.250.207
Riscos Operacionais - UHE Colíder	10.11.2021	2.166.984
Riscos Operacionais - Cutia e Bento Miguel	29.03.2022	2.016.287
Riscos Nomeados	24.08.2021	1.380.169
Riscos Operacionais - Brisa Potiguar	27.06.2021	914.610
Riscos Operacionais - UEG Araucária (a)	31.05.2021	967.002
Riscos Operacionais - UHE Governador Jayme Canet Junior	23.11.2021	799.290
Riscos Operacionais - São Bento	27.06.2021	571.848
Seguro D&O (a)	28.03.2022	142.433
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2021	89.819

(a) Os valores das importâncias seguradas do Seguro D&O e de Riscos Operacionais - UEG Araucária foram convertidos de dólar para real com a taxa de R\$ 5,6973, do dia 31.03.2021.

Além dos seguros relacionados, a Companhia e suas controladas contratam outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro de responsabilidade civil geral, garantia judicial e de pagamento, seguro aeronáutico e riscos diversos. Os seguros de garantia contratados pelas controladas, pelos empreendimentos controlados em conjunto e pelas coligadas possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT, no limite de sua participação em cada empreendimento.

38 Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

38.1 Transações que não envolvem caixa

Conforme a NE nº 16.2, as aquisições de imobilizado totalizaram R\$ 12.902 (R\$ 9.353 em 31.03.2020) na Controladora e R\$ 39.573 (R\$ 42.693 em 31.03.2020) no Consolidado. Destes valores, R\$ 357 (R\$ 1.060 em 31.03.2020) na Controladora e R\$ 2.368 (R\$ 1.169 em 31.03.2020) no Consolidado correspondem às compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do período.

Conforme a NE nº 26.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridas no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 35.998, tanto na Controladora quanto no Consolidado (R\$ 8 em 31.03.2020), sendo que tais reconhecimentos tiveram como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

39 Eventos subsequentes

39.1 Indenização de ativos RBSE

Em 22.04.2021 a Aneel anunciou a reprogramação de pagamentos de indenizações dos ativos da rede básica existente - RBSE, não amortizados ou depreciados, das transmissoras com contratos renovados em 2013, para reduzir pressões tarifárias resultantes dos efeitos da pandemia de coronavírus. Os pagamentos ocorrerão no período de oito anos e de forma gradativa e serão menores nos ciclos 2021/2022 e 2022/2023.

A Aneel considera como primeiro ano da reprogramação o ciclo tarifário atual (2020/2021), que termina no dia 30.06.2021. Neste ciclo serão pagos R\$ 8,3 bilhões às transmissoras, equivalentes a 16,45% de amortização. No próximo ciclo (2021/2022) será adotado um patamar mínimo de pagamento que não aumenta o saldo devedor, mas tem amortização nula. No ciclo 2022/2023, a taxa de amortização da dívida será de 3% e do quarto ao oitavo ano (ciclos 2023/2024 a 2027/2028) o valor deve ser constante, com taxas de amortização de 16,11% ao ano e com estabilidade de fluxo de caixa.

De acordo com a Aneel, os valores homologados sofrerão apenas atualizações monetárias pelo índice estabelecido no contrato de concessão, e não devem entrar na revisão periódica de 2023.

39.2 Excludente de responsabilidade - Contrato de concessão de transmissão de energia nº 10/2010

Em 11.05.2021, a diretoria da Aneel reconheceu como excludente de responsabilidade o período de 878 dias de atraso das obras de implantação da Linha de Transmissão Araraquara 2 - Taubaté, localizada no estado de São Paulo, concedida por meio do contrato de concessão nº 10/2010, nos termos do art. 19 da Lei nº 13.360/2016, com vistas ao reequilíbrio econômico e financeiro da concessão. Adicionalmente, foi aprovado o 2º termo aditivo a este contrato de concessão, estendendo em 878 dias o término da concessão desse empreendimento, o qual deverá ser celebrado em até 90 dias após a publicação dessa decisão da Aneel no Diário Oficial da União.

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO

em 31 de março de 2021

em milhares de reais

1 Mercado de Energia

Comportamento do mercado - A geração de energia da Copel Geração e Transmissão S.A. e parques eólicos nos 3 primeiros meses de 2021 foi de 5.410GWh, contra 2.475GWh no mesmo período de 2020, conforme demonstrado no fluxo a seguir:

Fluxo de energia (GWh)			janeiro a março de 2021			
			Disponibilidade 5.755	Suprimento concessionária CCEE ¹	41	0,7%
				Consumidores livres	328	5,7%
				Energia suprida	5.424	94,2%
				Contratos bilaterais	3.467	
				CCEAR	945	
			CER	226		
			CCEE(MCP)	(9)		
			MRE	795		
			Perdas e diferenças EOLs	(38)	-0,7%	
Geração própria 5.410 94,0%						
Energia comprada 345 6,0%						
Dona Francisca 34						
MRE -						
Outros ² 311						

CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.

CER: Contrato de Energia de Reserva.

CCEE (MCP): Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (Mercado de Curto Prazo).

MRE: Mecanismo de Realocação de Energia.

¹ Suprimento de energia a distribuidora agente da CCEE, através de Contrato Bilateral Regulado - CBR

² Outros: Energia comprada pela Copel Mercado Livre e CCEAL recomposição

Não considera a energia produzida pela UTE Araucária vendida no mercado de curto prazo (MCP) ou através de contratos bilaterais.

Venda de energia - Na tabela a seguir são apresentadas as vendas totais de energia da Companhia:

Classe	Em GWh		
	jan a mar 2021	jan a mar 2020	Variação
Copel Geração e Transmissão			
CCEAR (Copel Distribuição)	31	32	-3,1%
CCEAR (outras concessionárias)	588	568	3,5%
Consumidores livres	328	832	-60,6%
Contratos bilaterais (Copel Mercado Livre)	3.314	1.783	85,9%
Contratos bilaterais ¹	194	721	-73,1%
CCEE (MCP) ¹	(114)	422	-127,0%
Total da Copel Geração e Transmissão	4.341	4.358	-0,4%
Parques Eólicos			
CCEAR (Copel DIS)	8	8	0,0%
CCEAR (outras concessionárias)	318	320	-0,6%
CCEE (MCP)	105	-	-
CER	226	229	-1,3%
Total dos Parques Eólicos	657	557	18,0%
Total	4.998	4.915	1,7%

Observação: Não considera a energia disponibilizada através do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia).

¹ Garantia Física alocada no período, após impacto do GSF.

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica / CCEAR: Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado /

MCP: Mercado de Curto Prazo / CER: Contrato de Energia de Reserva.

2 Administração

Quadro de empregados

Empregados	mar 2021	mar 2020
Copel Geração e Transmissão	1.522	1.603
Controlada - UEG Araucária	15	16
	1.537	1.683

3 Tarifas

Tarifas de suprimento de energia

Tarifas de suprimento de energia - R\$/MWh	mar 2021	mar 2020	Variação
Leilão - CCEAR 2011-2040 (UHE Mauá)	233,73	226,98	3,0%
Leilão - CCEAR 2013-2042 (Cavernoso II)	253,90	246,37	3,1%
Leilão - CCEAR 2015 - 2044 (Colíder) (a)	178,30	180,76	-1,4%
Leilão - CCEAR 2018 - 2048 (Baixo Iguaçu)	186,70	173,10	7,9%
Concessionárias dentro do Estado do Paraná	217,59	213,58	1,9%

Com PIS/COFINS. Líquida de ICMS.

4 Resultado Econômico-Financeiro

Receitas (NE nº 30)

A Receita operacional líquida acumulada até março de 2021, de R\$ 1.565.797, foi 37,2% superior aos R\$ 1.141.075 registrados no mesmo período de 2020.

Essa variação decorreu, principalmente, dos seguintes fatos:

- a) Redução de 64,0% na receita de fornecimento de energia elétrica tendo em vista a mudança de estratégia de alocação de energia, com a diminuição da venda para consumidores livres e aumento dos contratos bilaterais com a Copel Comercialização.
- b) Aumento de 51,9% na receita de suprimento de energia elétrica, sobretudo pelo despacho da UEGA que gerou 687GWh devido às restrições hídricas no sistema interligado nacional - SIN, quantidade superior em 95,2% em relação ao primeiro trimestre de 2020, bem como pelo incremento no total de energia vendida, superior em 4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, atingindo 5.111GWh, em função da otimização da estratégia de contratação de energia que permitiu um aumento no nível de contratação, de 85% para 91%. Além disso, em função da melhoria da situação hídrica no Rio Iguaçu no primeiro trimestre de 2021, a geração de energia das usinas hidrelétricas cresceu significativamente, de 1.049,26 MW médios para 2.309,41 MW médios, revertendo a TEO - Tarifa de Energia de Otimização de R\$ 34 milhões negativos no primeiro trimestre de 2020 para R\$ 6 milhões positivo no mesmo período deste ano;
- c) Aumento de 59,1% na Receita de disponibilidade da rede elétrica, devido essencialmente ao resultado da remuneração sobre os contratos de transmissão de energia superior em relação ao mesmo período do ano anterior, em decorrência do aumento dos indexadores contratuais (IGPM e IPCA) aplicados sobre o saldo do ativo, que também foi acrescido com novas obras. Além disso, houve aumento na remuneração dos contratos de transmissão decorrente da revisão/reajuste tarifário ocorrido a partir de junho de 2020.

Custos e Despesas Operacionais (NE nº 31)

O total de custos e despesas operacionais atingiu R\$ 894.504 nos três primeiros meses de 2021, sendo 32,2% superior aos R\$ 676.645 registrados no mesmo período de 2020. Os principais destaques foram:

- a) Aumento de 208,1% em Energia elétrica comprada para revenda decorrente, sobretudo, de maior compra para fazer frente ao maior volume de energia vendida no período;
- b) Aumento de 144,6% em matéria prima e insumos para produção de energia, para fazer frente ao despacho de usina térmica (UEGA);
- c) Aumento de 33,2% em serviços de terceiros, principalmente nos custos de operação e manutenção dos empreendimentos eólicos;

- d) Redução de 86,1% em Perdas de crédito, provisões e reversões decorrente do *impairment* no segmento de geração registrado no primeiro trimestre de 2020, não recorrente em 2021, e do decréscimo em provisões para litígios;
- e) Aumento de 41,3% em Outros custos e despesas operacionais devido ao maior valor de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e ao gasto com indenizações decorrentes de processo arbitral.

Resultado da Equivalência Patrimonial

Aumento de 252,1% ao comparar o resultado do primeiro trimestre de 2021 com o mesmo período de 2020, decorrente, principalmente, do resultado positivo da equivalência patrimonial nas controladas em conjunto de transmissão de energia elétrica em decorrência principalmente da redução de custos.

Resultado Financeiro (NE nº 32)

A variação de R\$ 18.768 no resultado financeiro, correspondente a 26,0% comparado com o mesmo período de 2020, é decorrente principalmente da diminuição do valor justo dos derivativos (contrato a termo) em função da menor variação nas taxas futuras do Euro no primeiro trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020.

Lucro Líquido

O lucro líquido do período foi de R\$ 478.531, incremento de 72,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 277.303, refletindo a maior receita operacional líquida e receita de equivalência patrimonial, compensadas pelo aumento nos custos e despesas operacionais e no resultado financeiro.

Lajida

O lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização - Lajida (*earnings before interest, taxes, depreciation and amortization - Ebitda*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527/2012. Não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas normas internacionais de contabilidade, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia o divulga porque o utiliza para medir o seu desempenho.

Consolidado	31.03.2021	31.03.2020	Varição	31.12.2020
Cálculo do Lajida/Ebitda				
Lucro líquido do período	478.531	277.303	72,57%	1.619.342
IRPJ e CSLL diferidos	20.361	11.475	77,44%	177.164
Provisão para IRPJ e CSLL	167.644	127.944	31,03%	325.419
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	90.954	72.186	26,00%	266.462
Lajir/Ebit	757.490	488.908	54,94%	2.388.387
Depreciação e Amortização	137.548	142.561	-3,52%	568.185
Lajida/Ebitda	895.038	631.469	41,74%	2.956.572
Atribuído aos acionistas da empresa controladora	881.675	648.845	35,88%	2.969.638
Atribuído aos acionistas não controladores	13.363	(17.376)	-176,90%	(13.066)
Cálculo da Margem do Ebitda				
Ebitda	895.038	631.469	41,74%	2.956.572
Receita Operacional Líquida - ROL	1.565.797	1.141.075	37,22%	5.029.120
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	57,2%	55,3%	3,4%	58,8%

O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Secretário Executivo	MOACIR CARLOS BERTOL
Membro	CASSIO SANTANA DA SILVA

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente	MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membros	CARLOS BIEDERMANN LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA

CONSELHO FISCAL

Presidente	DEMETRIUS NICHELE MACEI
Membros titulares	HARRY FRANCOIA JÚNIOR JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO
Membros suplentes	VERÔNICA PEIXOTO COELHO JOÃO LUIZ GIONA JR OTAMIR CESAR MARTINS

DIRETORIA

Diretor Geral	MOACIR CARLOS BERTOL
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores	ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Diretor de Operação e Manutenção de Geração e Transmissão	THADEU CARNEIRO DA SILVA
Diretor Administrativo e de Participações	ADRIANO FEDALTO
Diretor Adjunto	VAGA EM ABERTO

CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0	RONALDO BOSCO SOARES
-------------------	----------------------

Informações sobre este relatório:

Relações com investidores:	Fone: +55 (41) 3222-2027 ri@copel.com
----------------------------	--

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Copel Geração e Transmissão S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Copel Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Assuntos relacionados à COVID-19

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de maio de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PRIMEIRO
TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2021**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Geração e Transmissão S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao 1º trimestre de 2021, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião desta data. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos conselheiros antecipadamente à reunião e discutidas previamente com a Administração e com a auditoria independente. Com base nos trabalhos desenvolvidos ao longo do trimestre, nas análises efetuadas, no acompanhamento das discussões sobre os controles internos e nos esclarecimentos prestados pela Administração e a auditoria independente, e, considerando ainda o Relatório de Revisão Limitada dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não estejam refletidos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2021, e opinam que tais demonstrações podem ser divulgadas.

Curitiba, 13 de maio de 2021

DEMETRIUS NICHELE MACEI

Presidente

HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT, sociedade anônima de capital aberto, categoria "B", com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.370.282/0001-70, para fins do disposto na Instrução CVM nº 480/2009, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Copel GeT, do período findo em 31.03.2021; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras intermediárias da Copel GeT, relativas ao período findo em 31.03.2021.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 13 de maio de 2021

Moacir Carlos Bertol
Diretor Geral

Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores

Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de
Relações Institucionais

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo e de
Participações

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor de Operação e Manutenção
de Geração e Transmissão